

RELATÓRIO e CONTAS 2011

Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa



RIA FORMOSA
POLIS LITORAL
REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO
DA ORLA COSTEIRA

Março 2012

[Handwritten signature]



**POLIS LITORAL RIA FORMOSA, SOCIEDADE PARA A
REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S.A.**

Relatório e Contas 2011



Índice

I. Relatório de Gestão

1. Introdução	5
2. Governo da Sociedade	7
2.1. Missão, Objetivos e Políticas da Sociedade	7
2.2. Regulamentos Internos e Externos a que a Sociedade está sujeita	8
2.3. Transações relevantes com entidades relacionadas	9
2.4. Outras transações	10
2.5. Modelo de Governo e Identificação dos Órgãos Sociais	10
2.6. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais	11
2.7. Análise de sustentabilidade da Sociedade nos domínios económico, social e ambiental	13
2.8. Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	20
2.9. Código de Ética	20
2.10. Sistema de controlo para proteção de investimentos e ativos	20
2.11. Mecanismos adotados com vista à proteção de conflitos de interesses	21
2.12. Divulgação da informação prevista na RCM n.º 49/2007, de 28 de março, no portal da empresa e no portal do SEE	21
2.13. Cumprimento das orientações e objetivos de gestão previstos no artigo 11.º do DL 300/2007 de 23 de agosto	22
2.14. Cumprimento dos deveres especiais de informação (Despacho MFAP n.º 14277/2008 23 maio)	22
2.15. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações dos acionistas emitidas aquando da aprovação das contas de 2010	23
2.16. Aplicação da redução remuneratória ao Auditor Externo nos termos do Art.º 22º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro	23
2.17. Aplicação da redução de remunerações dos trabalhadores em conformidade com o Art.º 19º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro	24
2.18. Cumprimento da orientação constantes no despacho n.º 438/10-SETF de 10 de maio, relativamente às normas de contratação pública	24
2.19. Implementação das medidas previstas no PEC ao nível da racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços	24
2.20. Cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2011 no Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril	24
2.21. Cumprimento do Plano de Redução de Custos definido para 2011 conforme Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril	24
2.22. Cumprimento do previsto no Art. 77.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	25

2.23. Quadro de divulgação do cumprimento das orientações legais, solicitado no Ofício Circular n.º 653-DGTF de 25 de janeiro de 2012	25
3. Estrutura Acionista.....	27
4. Atividade Desenvolvida em 2011	28
4.1. Funcionamento da Sociedade	28
4.2. Investimento e Financiamento	28
4.3. Ações desenvolvidas	28
5. Orçamento.....	33
5.1. Despesa Realizada.....	33
5.2. Financiamento Recebido	34
5.3. Ponto de situação das Candidaturas a Financiamento Comunitário	36
6. Análise Económica e Financeira.....	43
6.1. Balanço.....	43
6.2. Gestão de Risco Financeiro.....	43
6.3. Prazo médio de pagamentos a fornecedores	46
7. Proposta de Aplicação de Resultados	48
8. Informação Complementar	49
8.1. Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.....	49
8.2. Outras Obrigações Legais	49
8.3. Referências.....	49

II. Demonstrações Financeiras

II.1 - Balanço

II.2 - Demonstração dos Resultados

II.3 - Demonstração das Alterações no Capital Próprio

II.4 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

II.5 - Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

III. Certificação Legal das Contas

IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único





I.

RELATÓRIO DE GESTÃO



1. Introdução

Reconhecendo a importância estratégica da zona costeira e considerando que as intervenções no litoral devem prosseguir objetivos concretos de modernidade e inovação, no respeito pelas suas tradições, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho, determinou a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, designado por Polis Litoral — Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.

A realização destas Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira, as quais são reconhecidas de interesse público pela Resolução de Conselho de Ministros referida, tem como objetivo:


- Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;
- Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de riscos naturais;
- Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, através da valorização das atividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais.

Neste âmbito foi constituída, pelo Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de junho, a Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A. (doravante designada por Polis Litoral Ria Formosa), sociedade comercial de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé.

Esta sociedade tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo Plano Estratégico e dando cumprimento ao estabelecido no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura – Vila Real de Santo António.

Na sequência da constituição da Sociedade e de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 1.º do referido diploma, foi elaborado o Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa tendo por base o quadro estratégico da intervenção elaborado no âmbito do Grupo de Trabalho nomeado por Despacho n.º 18 250/2006, de 3 de agosto, do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

A Sociedade iniciou a sua atividade em 7 de julho de 2008 (data da 1ª Assembleia Geral), tendo havido uma 2ª Assembleia Geral em 15 de setembro destinada a aprovar o Plano de Atividades e Orçamento para 2008.



Em 24 de julho de 2009 realizou-se a 3ª Assembleia Geral, tendo sido deliberado pelos Acionistas aprovar o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2008 e o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2009.

Em 3 de dezembro de 2010 foi realizada a 4ª Assembleia Geral onde foi aprovado o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2009, o Plano de Atividades e Orçamento para 2010 e o Plano Estratégico.

Nesta mesma Assembleia Geral, foi proposta e aprovada por unanimidade a eleição para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Sociedade do Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Senhor Doutor Jorge Manuel do Nascimento Botelho, em substituição do Senhor Engenheiro Francisco José Fernandes Leal, que apresentou renúncia ao cargo, para completar o mandato em curso, ao abrigo do disposto da alínea d) do nº 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais.

Nesta Assembleia Geral, foi também apresentada a Declaração e definidas as orientações sobre a Política de Remuneração dos membros de Conselho de Administração desta Sociedade.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'E' and a signature that appears to be 'J. M. L.'.

2. Governo da Sociedade

A Polis Litoral Ria Formosa tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo Plano Estratégico e dando cumprimento ao estabelecido no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura – Vila Real de Santo António.

2.1. Missão, Objetivos e Políticas da Sociedade

A Missão da Polis Litoral Ria Formosa é levar a cabo um conjunto de iniciativas e operações de requalificação e valorização ambiental e urbana na Área de Intervenção do Plano Estratégico, nomeadamente:

- A realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, o que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e da biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos naturais desta faixa litoral, a requalificação e valorização dos pequenos aglomerados costeiros, a valorização dos núcleos piscatórios e a promoção da mobilidade sustentável, a valorização de espaços para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.
- A dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção.

A Polis Litoral Ria Formosa tem por objetivos:

- Integrar um conjunto de projetos/ações concordantes com as orientações estratégicas sectoriais e territoriais definidas para a Região do Algarve, no quadro da política nacional e regional subjacente ao QREN e seus programas operacionais;
- Materializar uma operação integrada, quer em termos de projetos/ações a realizar, quer em termos de atores públicos e privados a mobilizar;
- Desenvolver uma intervenção de requalificação e valorização desta zona costeira, de forma exemplar e diversificada, respondendo a situações de risco para pessoas e bens;
- Consubstanciar uma estratégia supra municipal e intersectorial, consensualizada entre os diversos agentes relevantes;
- Implementar uma estratégia integrada, coerente e de futuro para a Ria Formosa, assente em três grandes objetivos — *Valorizar o património, qualificar o território e dinamizar a sua vivência.*

Os objetivos descritos têm vindo a ser cumpridos, tendo em conta o desenvolvimento plurianual da Intervenção.

O Conselho de Administração, no âmbito das suas funções de gestão tem desenvolvido a sua atividade prosseguindo as seguintes políticas e orientações estratégicas:



- Observância das metas, obrigações e responsabilidades estabelecidas no Plano Estratégico da Intervenção, garantindo o cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos acionistas;
- Promoção da sustentabilidade económica, financeira e social, através de uma gestão rigorosa e eficaz, assegurando a utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social e cumprindo com rigor as tarefas que lhe estão cometidas em termos de qualidade, eficiência produtiva e com a melhor utilização dos recursos disponíveis;
- Cumprimento da legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente garantindo os princípios da legalidade e da prossecução do interesse público, da transparência e da publicidade, da igualdade, da concorrência e da imparcialidade.;
- Melhoria da gestão das atividades da empresa, segundo princípios de desenvolvimento sustentável, nas vertentes económica, social e ambiental;
- Informação e divulgação das atividades de acordo com a legislação e outras orientações dos Acionistas.

2.2. Regulamentos Internos e Externos a que a Sociedade está sujeita

O funcionamento da Polis Litoral Ria Formosa é regulado por um conjunto de procedimentos administrativos, que normalizam e sistematizam as suas atividades mais significativas e correntes.

A atividade da Polis Litoral Ria Formosa é assegurada no quadro do Contrato de Prestação de Serviços celebrado com a Parque EXPO 98, S.A., através dos serviços prestados por esta empresa, os quais não se limitam às atividades tipicamente incluídas no âmbito da gestão de projeto, envolvendo também as competências que são necessárias para assegurar a prossecução do objeto social da Polis Litoral Ria Formosa e a prestação de apoio aos seus Órgãos Sociais.

A Polis Litoral Ria Formosa está ainda sujeita aos seguintes regulamentos internos e externos:

Regulamento Internos

- Estatutos da Sociedade (anexo ao Decreto-Lei nº 92/2008 de 3 de junho);

Regulamentos Externos

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho: "Aprova a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, abreviadamente designado "Polis Litoral — Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira";
- Decreto-Lei N.º 92/2008, de 03 de junho: "Constitui e define a finalidade da sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S. A., que tem por objeto a gestão, a coordenação e a execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa — Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria



Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das ações estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção.”;

- Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado;
- Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto): Estabelece o regime jurídico do setor empresarial do Estado e das empresas públicas;
- Normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais;
- Princípios do Bom Governo – Resolução do Conselho de Ministros N.º 49/2007 de 01 de fevereiro: “Aprova os princípios de bom governo das empresas do setor empresarial do Estado”;
- Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei N.º 18/2008 de 29 de janeiro: “Estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos.”;
- Código de Expropriações – Lei N.º 56/2008 de 4 de setembro: “Aprova o Código das Expropriações que regula todo o procedimento expropriativo.”;
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
- Planos Especiais de Ordenamento do Território: Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura – Vila Real de Sto. António e Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa;
- Planos sectoriais de Ordenamento do Território: Plano sectorial da Rede Natura 2000;
- Planos Regionais: Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve;
- Planos Municipais: Planos Diretores Municipais dos concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Loulé e Vila Real de Sto. António.

2.3. Transações relevantes com entidades relacionadas

No âmbito das intervenções do Polis Litoral Ria Formosa, foi protocolado em 2009 com a Câmara Municipal de Tavira, a execução da Obra da Marginal de Cabanas, suportando esta entidade o montante de 650.493,08€ (seiscentos e cinquenta mil quatrocentos e noventa e três euros e oito cêntimos), sendo este valor resultante da diferença do valor orçamentado em Plano Estratégico, assim como em Plano de Atividades e Orçamento, e o valor estimado da Empreitada, constante da proposta adjudicada vencedora do Concurso Público. O referido montante corresponde a 38% da Empreitada. Neste âmbito, os 38% dos custos realizados com esta obra, no exercício de 2011, que ascendem a 698.938,91€ foram registados na rubrica de Outros Gastos e Perdas e o referido proveito na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

2.4. Outras transações

As transações efetuadas cumpriram o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro e constam, como exigido pelas normativas de contratação, da Base de Contratos do Estado.

Em 2011 não foram realizadas transações fora das condições de mercado.

Não houve fornecedores que tivessem representado 5% do total de Fornecimentos e Serviços Externos com valor que seja superior a um milhão de euros.

2.5. Modelo de Governo e Identificação dos Órgãos Sociais

O modelo de governo adotado pela Polis Litoral Ria Formosa é o clássico, composto pelos seus Órgãos Sociais - Conselho de Administração, Assembleia Geral e Fiscal Único - de acordo com o previsto nos Estatutos da Sociedade. Os atuais Órgãos Sociais, que a seguir se enunciam, foram eleitos para o triénio 2008-2010, tendo-se mantido em funções em 2011, aguardando-se a nomeação dos novos Órgãos Sociais:

Mesa da Assembleia Geral:

- Presidente: João Pinto Guerreiro
- Secretário: José Norberto Correia Apolónia

A Assembleia Geral, para além dos poderes que tem por força da lei, funciona de acordo com o previsto nos Estatutos, sendo formada pelos acionistas da Sociedade.

O Conselho de Administração é constituído por 3 membros - um presidente e dois vogais - designados em Assembleia Geral, que elege também o presidente do Conselho de Administração.

Conselho de Administração:

- Presidente: Maria Valentina Filipe Coelho Calixto
- Vogal (1): João Manuel da Silva Alves
- Vogal (2): Jorge Manuel do Nascimento Botelho

Ao Conselho de Administração compete a gestão da atividade da Sociedade, nos termos do previsto nos seus Estatutos.

O Conselho de Administração da Polis Litoral Ria Formosa não atribuiu funções e responsabilidades específicas aos seus membros.

A Fiscalização é exercida pelo Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, eleito em Assembleia Geral, com poderes de vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstos.


Fiscal Único:

- Efetivo: DFK & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representado por Rosalba M. Cocco Mercante Ferro
- Suplente: Manuel Lázaro Oliveira Brito

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa não recorre a serviços de Auditoria Externa.

A Sociedade integra ainda um Conselho Consultivo, com funções, como o nome indica, meramente consultivas, e composto por um representante de cada uma das seguintes entidades:

Conselho Consultivo:

- > ICNB - Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, I.P. (que preside);
- > ARH - Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I.P.;
- > INAG - Instituto da Água, I.P.;
- > TP - Turismo de Portugal, I.P.;
- > INRB – Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I.P.;
- > IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.;
- > CCDR Algarve – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;
- > Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve;
- > Município de Vila Real de Santo António;
- > Águas do Algarve, S.A.

2.6. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

Os membros do Conselho de Administração e da Assembleia Geral não são remunerados. Refere-se, contudo, que a título de senhas de presença em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral auferiram em 2011 o constante nos quadros seguintes.

Remunerações e outras regalias (valores anuais em euros)**Mesa Assembleia Geral**

	Presidente	Secretário
Senhas de Presença	270,00 €	225,00 €

Conselho de Administração

	Presidente	Vogal	Vogal	TOTAL
	Valentina Calixto	João Alves	Jorge Botelho	
1. Remuneração				
1.1. Remuneração base Anual /Fixa (€)				
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)				
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)				
1.4. Remuneração Anual Efectiva (1.1. - 1.2. - 1.3.) (€)				
1.5. Senha de presença (€)	11.025,00 €	6.660,00 €	8.460,00 €	26.145,00 €
1.6. Acumulação de funções de gestão(€)				
1.7. Remuneração variável (€)				
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)				
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)				
2. Outras regalias e compensações				
2.1. Plafons Anual em comunicações móveis (€)				
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)				
2.3. Subsídio de deslocação (€)				
2.4. Subsídio de refeição (€)				
3. Encargos com benefícios sociais				
3.1. Regime de Protecção Social) (€)				
3.2. Seguros de saúde (€)				
3.3. Seguros de vida (€)				
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)				
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€)				
4. Parque Automóvel				
4.1. Marca				
4.2. Modelo				
4.3. Matricula				
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)				
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)				
4.6. Ano Início				
4.7. Ano Termo				
4.8. N.º Prestações (se aplicável)				
4.9. Valor Residual (€)				
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)				
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)				
4.12. Plafond Anual Combustível atribuído (€)				
4.13. Outros (identificar detalhadamente) (€)				
5. Informações Adicionais				
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)				
5.2. Remuneração líquida Anual pelo lugar de origem (€)				
5.3. Regime de Protecção Social				
5.3.1. Segurança social (s/n)				
5.3.2. Outro (indicar)				
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)				
5.5. Outras (identificar detalhadamente)				

Órgão de Fiscalização

Fiscal Único	2010	2011
DFK & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	13.255,00 €	12.177,00 €



- 2.6.1. Cumprimento da manutenção da redução de 5%, prevista no Art.º 19º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro, por aplicação do Artº. 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

Os membros do Conselho de Administração não auferem remuneração fixa mensal.

- 2.6.2. Aplicação da redução remuneratória nos termos do Art.º 19º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro

Os membros do Conselho de Administração não auferem remuneração fixa mensal.

- 2.6.3. Cumprimento do Art.º 24º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro, referente à não atribuição de prémios de gestão, no ano de 2011, aos membros do órgão da administração

Em 2011, não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão aos membros do órgão de administração.

2.7. Análise de sustentabilidade da Sociedade nos domínios económico, social e ambiental

2.7.1. Estratégias adotadas

Reconhecendo a importância estratégica da zona costeira e considerando que as intervenções no litoral devem prosseguir objetivos concretos de modernidade e inovação, no respeito pelas suas tradições, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho, determinou a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, designado por Polis Litoral — Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.

No seguimento deste diploma, o Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de junho, constitui a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A., sociedade de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e participações minoritárias dos municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé, sendo esta uma das primeiras operações integradas de requalificação e valorização da orla costeira a entrar em fase de concretização.

A Ria Formosa, por estar inserida num dos principais destinos turísticos nacionais, por possuir uma enorme riqueza marinha, suporte de significativa atividade económica e por se constituir como um espaço natural único de elevada vulnerabilidade, devido às suas características lagunares, regista enormes fragilidades e constitui um dos troços da linha de costa nacional em que a necessidade de compatibilizar diferentes expectativas e potencialidades assume maior relevância.

As características físicas, ecológicas, urbanas e sociais presentes na Ria Formosa, que marcam e diferenciam este território do contexto do litoral do sotavento algarvio, bem como as orientações e medidas de política nacional, regional e sectorial, a estratégia a prosseguir assenta na afirmação da

Ria Formosa como uma zona costeira singular – referencial de sustentabilidade, através do reconhecimento da sua excelência ambiental e territorial, reflexo de uma gestão sustentável dos recursos, valores naturais e paisagísticos, dos usos e das atividades que aí se desenvolvem.

Para garantir o sucesso da visão estratégica definida afigura-se fundamental a aposta em três grandes dimensões:

- ✓ A primeira, que agrega os projetos que visam garantir a preservação do sistema lagunar e a minimização de situações de risco de pessoas e bens, bem como a reabilitação e renaturalização das áreas degradadas fundamentais, para o equilíbrio biofísico da Ria Formosa — zona costeira preservada.
- ✓ A segunda, que agrega as intervenções de qualificação do território, centrada na criação e melhoria das condições de base que permitam a vivência da Ria e das cidades que a envolvem — zona costeira vivida.
- ✓ A terceira e última, que agrega um conjunto de projetos que permitam valorizar e potenciar os recursos da Ria como fator de competitividade — zona costeira de recursos, garantindo uma posição de destaque da Ria Formosa no contexto da região em que se insere.

A cada um dos objetivos definidos foram associados Eixos Estratégicos, identificados na matriz de enquadramento, os quais agrupam Linhas de Intervenção que tipificam as ações/projetos nelas incluídas.

A definição destas Linhas de Intervenção teve por base um exercício de análise da natureza de ações/projetos a considerar, quer para a prossecução dos objetivos de cada um dos Eixos Estratégicos, quer para cumprimento das linhas programáticas e objetivos estratégicos definidos no PNPOT para a região do Algarve, e assumidos no seu respetivo plano regional.

Eixo 1 | Preservar o Património Natural e Paisagístico

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objetivos estratégicos definidos para o Algarve de “Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável”

- > Proteção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco;
- > Promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável.

Eixo 2 | Qualificar a Interface Ribeirinha

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objetivos estratégicos definidos para o Algarve de “Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo”.

- > Requalificação e revitalização das frentes de Ria;
- > Valorização de núcleos piscatórios;
- > Ordenamento e qualificação da mobilidade.

Eixo 3 | Valorizar os Recursos como Fator de Competitividade

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objetivos estratégicos definidos para o Algarve de “Robustecer e qualificar a economia” e “Qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer”.

- > Valorização de atividades económicas ligadas aos recursos da Ria;
- > Valorização dos “espaços-ria” para fruição pública;
- > Promoção da Ria Formosa suportada no património ambiental e cultural..

A imagem que transparece, deste litoral, é de um espaço natural, protegido e bem conservado em convivência harmoniosa com a presença e ação humana, mas também, a de um território descaracterizado pelo “abandono”. Este abandono resulta da perda de competitividade face à sua localização periférica, às fracas acessibilidades e ao desenvolvimento das regiões vizinhas onde existem cidades, ofertas de emprego e a promessa de uma outra qualidade de vida, atrativa para as gerações mais jovens.

2.7.2. Grau de cumprimento das metas fixadas

No ano de 2011, foram cumpridas as metas fixadas inicialmente, com a Sociedade a desenvolver as atividades relacionadas com o seu funcionamento orgânico, nomeadamente estrutura (instalações e funcionamento administrativo), gestão (contrato de prestação de serviços), e atividades diretamente relacionadas com a elaboração de Planos, Estudos, Projetos e execução de Empreitadas.

2.7.3. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A atuação da Polis Litoral Ria Formosa assenta sobre um património de saber que começa pela própria cultura da Empresa e pelo domínio dos princípios de sustentabilidade social, económica e ambiental que promove o desenvolvimento de ações estratégicas orientadas para a competitividade, a justiça social, a gestão de recursos finitos e o combate às assimetrias regionais.

2.7.4. Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da Intervenção

Os principais problemas atualmente identificados pela Polis Litoral Ria Formosa são:

dy
STZ
pal

- i) Financiamento de expropriações e realojamentos;
- ii) A subscrição do Capital Social pelos acionistas Câmaras;
- iii) A obtenção da contrapartida nacional do financiamento em alguns projetos;
- iv) Garantia de obtenção de Financiamento Comunitário tal como previsto no Plano Estratégico.

2.7.5. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

❖ **Responsabilidade Social**

- **Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação**

A Polis Litoral Ria Formosa promove a igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação, existindo um princípio de comportamento não discriminatório, em que são reprovadas todas e quaisquer práticas de discriminação, seja em razão de ascendência, do sexo, da raça, da língua, do território de origem, da religião, das convicções políticas ou ideológicas, da instrução, da situação económica, da condição social ou da orientação sexual.

- **Gestão adequada do capital humano da Sociedade, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores**

A Polis Litoral Ria Formosa aposta no estabelecimento de uma relação de confiança baseada na lealdade, na competência, na valorização do espírito de iniciativa e no sentido de responsabilidade dos seus colaboradores e define as suas políticas de recursos humanos no respeito pela dignidade, diversidade e direitos de cada pessoa, proporcionando um ambiente de trabalho favorável a um desempenho profícuo e as mais adequadas condições de segurança e saúde no trabalho.

A Polis Litoral Ria Formosa atenderá, em particular, às necessidades das pessoas com deficiência em todas as suas formas, bem como às pessoas com risco agravado de saúde.

- **Adoção de práticas ambientalmente corretas**

Um fator preponderante da estratégia da intervenção nesta matéria é a componente do marketing territorial que tem por objetivo informar e sensibilizar a população local para o âmbito da intervenção da Polis Litoral Ria Formosa.

Pretende-se dar a conhecer as alterações a realizar bem como desafiar os cidadãos para uma reflexão conjunta e alargada sobre as várias disciplinas da envolvente ambiental.

04
SFC
[Signature]

As ações de comunicação visam manter a população atualizada no que diz respeito ao desenvolvimento das ações da Polis Litoral Ria Formosa, seus projetos e obras, principalmente no decurso da sua implementação, promovendo ações diversas que provoquem o gradual estreitar de relações entre a população e as mutações da área intervencionada até à concretização dos objetivos finais da intervenção.

Os projetos de requalificação e valorização ambiental a implementar pela Polis Litoral Ria Formosa assentam fundamentalmente na promoção da qualidade de vida das populações, da competitividade e atratividade do Território, como orientações estratégicas para as suas intervenções.

Durante o ano de 2011, esta Sociedade implementou as seguintes medidas:

- > Inclusão de critérios ambientais em todos os procedimentos contratuais estabelecidos para aquisição de Projetos, dando assim prosseguimento aos objetivos gerais da RCM 65/2007;
- > Inclusão de normas/requisitos ambientais claros em todas as contratações de Projetos, sob a forma de um documento denominado Orientações Ambientais para Projetos de Conceção de Edifícios e de Espaços Públicos, que tem por objetivo fornecer orientações metodológicas específicas para o desenvolvimento dos projetos a conceber no âmbito da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, com vista à integração harmoniosa de diversas vertentes ambientais;
- > Inclusão de critérios ambientais em todos os procedimentos contratuais estabelecidos, para aquisição de Empreitadas, dando assim prosseguimento aos objetivos gerais da RCM 65/2007;
- > Inclusão de Plano de Gestão Ambiental e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição em todas as contratações de Empreitadas, assegurando assim a prestação do serviço com a minimização dos impactes ambientais associados. Visa ainda cumprir com o estipulado na RCM 65/2007, no que se refere a permitir que na fase de execução dos contratos devam prever-se mecanismos de efetivo controlo por parte das entidades adjudicantes, do cumprimento dos critérios ambientais que foram integrados e valorizados na fase de formação do contrato;

Ao nível do cumprimento das melhores práticas ambientais, foram mantidas as seguintes medidas:

- > Apetrechamento da Sede da Sociedade com sistemas de iluminação e de climatização modernos e eficientes;
- > Aquisição, em regime de aluguer, dos equipamentos de impressão e cópia, o que se traduz numa intenção de minimizar o consumo de matérias-primas;

- > Adoção de normas internas de funcionamento com vista à redução dos consumos energéticos e de matérias-primas, de que são claros exemplos a reutilização de papel e a impressão frente e verso.

❖ **Desenvolvimento sustentável**

- **Criação de valor para os acionistas (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.)**

A criação de valor traduz-se na requalificação urbana e ambiental, conferindo à população condições de excelência. Na Intervenção a realizar, a Polis Litoral Ria Formosa terá sempre a máxima cautela com os impactes ambientais causados.

- **Promoção da proteção ambiental**

Procurando reduzir os impactes ambientais provocados pelas atividades que desenvolve, a Polis Litoral Ria Formosa assume como linha de orientação a observância das boas práticas, visando a utilização racional dos recursos naturais, a otimização dos consumos de água e energia, a aplicação de tecnologias menos poluentes e a promoção de destinos finais adequados para os resíduos produzidos. As políticas, procedimentos e práticas ambientais da Polis Litoral Ria Formosa têm em vista a melhoria contínua do desempenho ambiental.

- **Contribuição para a inclusão social (empregabilidade)**

A política de recrutamento da Polis Litoral Ria Formosa baseia-se no princípio da igualdade de oportunidades e na renúncia a todas as formas de discriminação, nomeadamente, em razão do sexo, idade, raça, nacionalidade, religião, orientação sexual, convicções políticas ou filiações sindicais.

❖ **Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade**

A Polis Litoral Ria Formosa dinamiza a sua atividade tendo sempre em vista a satisfação das necessidades públicas, através da concretização de variadíssimas ações, nomeadamente:

- > A reestruturação e consolidação das estruturas de proteção costeira existentes que assegurarão a manutenção equilibrada das zonas costeiras particularmente ameaçadas pelo avanço do mar, garantindo a manutenção dos diferentes usos do território abrangido, numa ótica sustentável de valorização e prevenção do risco;
- > A manutenção e reposição das condições naturais do ecossistema costeiro que assegurará a estabilidade biofísica do mesmo;



- > O reordenamento e valorização de frentes marítimas com vista à contenção da ocupação em zonas de risco, que nalguns casos passará mesmo pela retirada programada dessas ocupações;
- > A reabilitação e valorização de zonas lagunares degradadas;
- > Ações de valorização ambiental em áreas naturais adjacentes a zonas balneares, criando áreas de lazer, percursos pedonais de interpretação da natureza, com espaços complementares ao turismo sol-mar;
- > A recuperação do património construído através da sua reabilitação e dinamização;
- > A valorização de espaços balneares, permitindo à sociedade usufruir das praias em toda a sua extensão e aproveitando todas as infraestruturas criadas;
- > A criação de condições para a promoção de formas ambientalmente sustentáveis de fruição da zona costeira, nomeadamente pela criação de uma rede de circuitos cicláveis e pedonais;
- > Requalificação de frentes ribeirinhas, dando-lhes condições de vivência e usufruto pela população e visitantes, permitindo uma ligação mar-terra de qualidade;
- > Criação de condições para a preservação das tradições e manutenção das atividades económicas de base tradicional ligadas ao setor primário;
- > Criação de infraestruturas e equipamentos de apoio à prática de desportos e atividades de lazer, dinamizando estas atividades e envolvendo utentes com sensibilidade e apreço pelo meio natural;
- > Criação de estruturas de apoio a atividades de descoberta da natureza
- > Criação de locais próprios para o estacionamento e estadia de autocaravanas, que sejam mais favoráveis do ponto de vista ambiental mas igualmente favorecidos do ponto de vista da sua atratividade.
- > Criação de um equipamento de referência, âncora fundamental de um novo relacionamento entre a comunidade e o Parque Natural que, além de poder albergar instalações administrativas ou de investigação associadas ao Parque Natural/ICNB, incluirá um centro de interpretação e monitorização dos ecossistemas.

2.7.6. Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da Sociedade, designadamente pela via da investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo

Na fase de concurso e no desenvolvimento dos estudos e projetos optou-se sempre pelas soluções mais adequadas para a Sociedade, tendo sempre em vista as boas práticas ambientais, a investigação, a inovação, o desenvolvimento e a integração de novas tecnologias no processo produtivo.

2.7.7. Planos de ação para o futuro

A Polis Litoral Ria Formosa limita a sua atuação pela prossecução do Plano Estratégico da Intervenção.

2.8. Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

Em função da sua especificidade, a Polis Litoral Ria Formosa, criada para a realização de um fim específico, não dispõe de características de sujeição a análises de sustentabilidade que não sejam sob a ótica económica.

Relativamente aos Princípios de Bom Governo dirigidos às empresas do setor empresarial do Estado enunciados na RCM n.º 49/2007, de 1 de fevereiro, estes são na sua generalidade cumpridos direta ou indiretamente, uma vez que a gestão está cometida a uma empresa de capitais exclusivamente públicos, a Parque EXPO.

A atividade da Sociedade é tutelada por um plano plurianual, devidamente aprovado pelos seus acionistas, corrigido anualmente face aos desvios da concretização das ações que constituem a intervenção.

2.9. Código de Ética

O Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa aprovado pelo Conselho de Administração visa garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral por todos os que atuam em nome da empresa em complemento das disposições legais e regulamentares que devam observar.

As regras constantes no Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa constituem ainda uma referência no que concerne ao padrão de conduta exigível no relacionamento da Sociedade com terceiros.

O Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa encontra-se divulgado a todas as partes interessadas através do site da Sociedade www.polislitoralriaformosa.pt.

2.10. Sistema de controlo para proteção de investimentos e ativos

O facto dos objetivos estratégicos da Sociedade e correspondente Plano de Atividades e Orçamento serem anualmente submetidos à apreciação da Assembleia de acionistas e posteriormente, numa base trimestral, objeto de reporte quanto ao seu grau de execução, impõe na Sociedade uma dinâmica de acompanhamento, controlo e monitorização que permite aferir com regularidade a adequação das medidas tomadas. Conforme atrás referido, a gestão da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa está cometida a uma empresa de capitais







exclusivamente públicos, a Parque EXPO. Não só são seguidas todas as regras da Contratação Pública na realização de empreitadas, fornecimento de bens e prestação de serviços, como se observam as normas e procedimentos internos da Parque EXPO em matéria de realização de despesas e delegação de competências. Existe um sistema centralizado de acompanhamento e monitorização da realização de todas as despesas que assegura o seu devido enquadramento contabilístico e financeiro.

Existem sempre riscos adstritos à contratação e, qualquer processo de concurso tem riscos inerentes os quais muitas vezes ultrapassam a triagem do concurso. No entanto, tais riscos tendem a ser debelados pelo cumprimento do Código dos Contratos Públicos, bem como pelas regras de controlo da Equipa de Gestão da Parque EXPO.

2.11. Mecanismos adotados com vista à proteção de conflitos de interesses

Constitui-se como um mecanismo usual na empresa que os membros do Conselho de Administração não possam intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, estando-lhes pois vedado votar sobre assuntos em que tenham, direta ou indiretamente, por conta própria ou por terceiro, um interesse em conflito com a empresa.

Entende-se existir conflito de interesses sempre que, no exercício da sua atividade, os colaboradores sejam chamados a intervir em processos de decisão que envolvam, direta ou indiretamente, organizações com que colaborem ou tenham colaborado, ou pessoas a que estejam ou tenham estado ligados por laços de parentesco, afinidade ou amizade. Quando tal suceda deverá ser comunicada à administração a existência dessas ligações, procurando encontrar-se uma solução que permita assegurar o desempenho imparcial, objetivo e transparente.

2.12. Divulgação da informação prevista na RCM n.º 49/2007, de 28 de março, no portal da empresa e no portal do SEE

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa efetua o envio da informação prevista na RCM N.º 49/2007, de 28 de março, no portal das empresas do SEE e no portal da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objetivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transações	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama			X	
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos			X	
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações fora das condições de mercado			X	
Transações relevantes com entidades relacionadas			X	
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Legenda:

S - Sim N - Não N.A. - Não Aplicável

2.13. Cumprimento das orientações e objetivos de gestão previstos no artigo 11.º do DL 300/2007 de 23 de agosto

A Polis Litoral Ria Formosa procedeu ao cumprimento de todas as orientações estratégicas destinadas ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente a RCM 49/2007, de 28 de março, a RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a RCM 70/2008 de 22 de abril, o Despacho 14277/2008-MFAP de 23 de maio, o Despacho 9870/2009 de 13 de abril, o Despacho 20406/2009-MFAP de 10 de setembro e o Despacho 1315/2010-SETF de 15 de novembro.

2.14. Cumprimento dos deveres especiais de informação (Despacho MFAP n.º 14277/2008 23 maio)

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa efetua o envio da informação prevista na RCM N.º 49/2007, de 28 de março, no portal das empresas do SEE, reportando previamente essa informação e a sua atualização, à DGTF. Por outro lado, e no âmbito do cumprimento do disposto no Despacho N.º 14277/2008, de 23 de maio, os



procedimentos adotados cumprem as medidas de reforço dos mecanismos de controlo financeiro e os deveres especiais de informação das empresas públicas, por este estabelecidas.

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa procedeu durante o ano de 2011 ao reporte dos seguintes documentos:

» Planos de Atividades Anuais e Plurianuais

- Remetido em 25 de março de 2011 - Plano de Atividades e Orçamento para 2011

» Documentos de Prestação Anual de Contas, acompanhados do relatório anual de fiscalização do ROC

- Remetido em 25 de março de 2011 - Relatório e Contas do Exercício de 2010;

» Relatórios Trimestrais de Atividades e de Execução Orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de Fiscalização

- Remetido em 20 de maio de 2011 - Relatório de Atividades do 1.º Trimestre de 2011
- Remetido em 23 de setembro de 2011 - Relatório de Atividades do 2.º Trimestre de 2011
- Remetido em 13 de dezembro de 2011 - Relatório de Atividades do 3.º Trimestre de 2011

» Atas das Assembleias Gerais

No decurso do ano de 2011 não se realizou qualquer reunião da Assembleia Geral da Sociedade.

2.15. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações dos acionistas emitidas aquando da aprovação das contas de 2010

Durante o ano de 2011 não foi realizada qualquer reunião da Assembleia Geral, no entanto têm sido tomadas em conta as orientações do acionista Estado, constantes:

- i.) Da Ata da Assembleia Geral (AG) da Sociedade de 03.12.2010, quanto à necessidade de dispor, previamente à adjudicação de qualquer despesa de investimento, do respetivo financiamento aprovado;
- ii.) Do ponto 6 do Despacho de 28 de abril de 2011 do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, quanto à necessidade de autorização prévia da AG da Sociedade para lançamento de qualquer investimento de valor superior a 5% do Capital Social (ou seja superior a 1,125M€, no caso da Polis Litoral Ria Formosa), independentemente dos mesmos estarem previstos nos respetivos orçamentos ou planos já aprovados pelo acionista Estado.

Pelo que, a Polis Litoral Ria Formosa tem dado cumprimento integral às recomendações efetuadas.

2.16. Aplicação da redução remuneratória ao Auditor Externo nos termos do Art.º 22º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro

A Polis Litoral Ria Formosa não possui Auditor Externo.

2.17. Aplicação da redução de remunerações dos trabalhadores em conformidade com o Art.º 19º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro

A Polis Litoral Ria Formosa procedeu à aplicação do Art.º 19º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro.

2.18. Cumprimento da orientação constantes no despacho n.º 438/10-SETF de 10 de maio, relativamente às normas de contratação pública

Em termos da aplicação das normas de Contratação Pública, a Polis Litoral Ria Formosa está sujeita à aplicação do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei N.º 18/2008, de 29 de janeiro, por força do disposto no respetivo artigo 2.º, N.º 2. Na aplicação das normas da Contratação Pública a Polis Litoral Ria Formosa norteia-se pelos princípios da igualdade, da não discriminação e da transparência enunciados no artigo 2.º da Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, sem perder de vista outros valores igualmente relevantes como sejam a economicidade ou boa gestão financeira dos recursos públicos e a seleção da proposta mais conveniente para o interesse público. As decisões que autorizam a realização de despesa suportam-se em informações onde é justificada a necessidade de contratar e proposto o procedimento mais adequado, seguindo a tramitação prevista no CCP. Foram ainda incorporadas, nos procedimentos de contratação pública implementados na Polis Litoral Ria Formosa, as orientações constantes do Despacho N.º 438/10-SETF, de 10 de maio.

2.19. Implementação das medidas previstas no PEC ao nível da racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços

A Polis Litoral Ria Formosa, no aprovisionamento dos bens e serviços necessários à sua atividade, cumpre a legislação em vigor e as orientações dos seus Acionistas. Assim, dado tipo, especificidade e volume de bens e serviços adquiridos e a adquirir, para além dos necessários e previstos à concretização do seu objeto social: estudos; projetos e empreitadas de obras públicas, a Polis Litoral Ria Formosa adota medidas que visam a racionalização e a redução de gastos, monitorizando o desempenho e evolução dos mesmos. Não se verificou até ao momento a necessidade de adesão ao SNCP, por não se apurarem eventuais vantagens de aderir a esta modalidade de provimento de bens e serviços, uma vez que, face às especificidades dos bens e serviços contratados, tal não foi considerado como a solução mais eficaz.

2.20. Cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2011 no Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril

Não se registaram nem está previsto o recurso à obtenção de capitais por endividamento.

2.21. Cumprimento do Plano de Redução de Custos definido para 2011 conforme Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril

A Polis Litoral Ria Formosa implementou um plano de redução de custo que consistiu na redução de custos associados às prestações de serviços anteriormente contratadas e que foram aceites pelas respetivas



empresas, nomeadamente de contabilidade, de revisão legal de contas, de direção e coordenação geral e de prevenção e vigilância das instalações. Neste âmbito, foram também implementadas as reduções aos valores das senhas de presença dos elementos do Conselho de Administração e às remunerações dos funcionários e efetivadas as desmobilizações de três funcionários da Sociedade.

2.22. Cumprimento do previsto no Art. 77.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Os serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I.P.) foram utilizados pela Sociedade no ano de 2011, verificando-se que a sua situação em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:

Nº Conta	Designação	Saldo a 31 de dezembro 2011
1120014190	Polis Litoral Ria Formosa - Geral	745.091,02 €
1120014191	PRF-PIT - Requalificação Marginal Cabanas	0,00 €
1120014192	PRF – PIT – Plano de Mobilidade OCRF e Adaptação e Reabilitação das Pontes-Cais de Olhão	0,00 €
1120014193	PRF – POVT – Medidas de Proteção e Defesa da Zona Costeira na Ria Formosa – Estudos e Projetos de Execução	5.686,80 €
1120014194	PRF – POVT – Medidas Corretivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa – Projetos e Planos de Intervenção e Requalificação	0,00 €
1120014195	PRF – POVT – Medidas Corretivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa – Obras de Emergência na Ilha da Armona	0,00 €
1120014196	PRF – Operação Estudos Valorização das Atividades Ligadas à Ria Formosa – Nº 31-03-01-FEP-61 NIFAP nº 007369746	0,00 €
1120014197	PRF – POAlgarve 21 – Requalificação Paisagística da Marginal de Cabanas	0,00 €
1120014198	PRF – POAlgarve 21 – Planos de Praia da Ria Formosa – Projetos de Execução	0,00 €
1120014199	PRF – POAlgarve 21 – Requalificação de Espaços Ribeirinhos – Projetos de Execução	0,00 €
1120014263	PRF - Conta Caução	68.303,93 €
1120014363	PRF-POAlg21-Parque Ribeirinho Faro	0,00 €

CEDIC - Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo

Valor	Data Emissão	Data Reembolso	Taxa
500.000,00 €	21-11-2011	21-02-2012	1,590%
2.500.000,00 €	21-11-2011	21-05-2012	1,921%

2.23. Quadro de divulgação do cumprimento das orientações legais, solicitado no Ofício Circular n.º 653-DGTF de 25 de janeiro de 2012

(Quadro na página seguinte)

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão:					
Observância das metas, obrigações e responsabilidades estabelecidas no Plano Estratégico da Intervenção, garantindo o cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos acionistas;	X			100%	
Promoção da sustentabilidade económica, financeira e social, através de uma gestão rigorosa e eficaz, assegurando a utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social e cumprindo com rigor as tarefas que lhe estão cometidas em termos de qualidade, eficiência produtiva e com a melhor utilização dos recursos disponíveis;	X			100%	
Gestão do Risco Financeiro			X		
Evolução do PMP a fornecedores	X			-31,65 dias	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			X		
Deveres Especiais de Informação	X				
Recomendações do Acionista na aprovação de contas:					
Recomendação 1, na AG de 03-12-2010: O Conselho de Administração apenas poderá realizar os investimentos constantes do Plano Estratégico ou parte dos mesmos, desde que estejam previamente asseguradas as respetivas fontes de financiamentos	X			100%	Não foram realizados quaisquer investimentos sem previamente assegurar o seu financiamento.
Recomendação 2, na AG de 03-12-2010: O Conselho de Administração apenas poderá realizar os investimentos constantes do Plano de Atividades e Orçamento para 2010 ou parte dos mesmos, desde que estejam previamente asseguradas as respetivas fontes de financiamento	X			100%	Não foram realizados quaisquer investimentos sem previamente assegurar o seu financiamento.
Remunerações:					
Não atribuição de Prémios de Gestão	X				
Órgãos Sociais - redução remuneratória nos termos Art.º 19º Lei 55-A/2010	X			2.905,00€	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação Art.º 12º Lei 12-A/2010			X		Os membros do CA não auferem remuneração fixa mensal.
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos Art.º 22º Lei 55-A/2010	X			1.133,00€	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos Art.º 19º Lei 55-A/2010	X			3.271,04€	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X				
Normas de contratação pública pelas participadas			X		A SPLRF não possui participadas.
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas		X			
Limites de Crescimento do Endividamento			X		Não se registou, nem está previsto recurso à obtenção de capitais por endividamento
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	X				Foram implementadas todas as acções de redução de custos com o pessoal, no entanto registou-se um reforço temporário do quadro de pessoal e o pagamento das respectivas indemnizações, inviabilizando a possibilidade de uma comparação directa dos valores neste período.
Fornecimentos e Serviços Externos	X				Foram implementadas todas as acções de redução de custos de FSE, no entanto em 2011 existe a prestação de serviços de segurança que em 2009 não existia, inviabilizando a possibilidade de uma comparação directa dos valores neste período. No entanto excluindo esta nova prestação de serviços obteve-se uma redução de 7,42%
Princípio da Unidade de Tesouraria	X			93,08%	As verbas remanescentes referem-se a depósitos relativos a reforços de cações

Legenda: S - Sim N - Não N.A. - Não Aplicável



3. Estrutura Acionista

O Capital Social da Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade de capitais exclusivamente públicos é de 22.500.000,00€, subscrito pelos seus Acionistas, o Estado Português e os Municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé, detendo cada um dos acionistas, 63%, 14%, 11%, 9% e 3 % do Capital Social, respetivamente.

Atualmente encontra-se realizado 66% do Capital Social da Sociedade, no valor total de 14.850.000,00€, correspondente às seguintes transferências:

- Estado: Em 22-12-2008 realizou 100% da sua participação, no valor de 14.145.000€;
- Câmara Municipal de Tavira: Em 29-08-2008 realizou 20% da sua participação, no valor de 405.000€;
- Câmara Municipal de Loulé: Em 06-05-2009 e em 10-11-2009 realizou no total 40% da sua participação, no valor de 405.000€;

Durante o ano de 2011, não se registou qualquer realização do capital social pelos acionistas.

4. Atividade Desenvolvida em 2011

4.1. Funcionamento da Sociedade

O ano de 2011 caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma série de atividades, entre as quais se destacam:

- Prosseguimento das atividades previstas no Plano Estratégico, ao nível da contratação e/ou implementação de planos, estudos, projetos de execução e empreitadas;
- Continuação da preparação e apresentação de candidaturas a financiamento comunitário, nomeadamente ao POXXI, POVT, e ao PROMAR;
- Continuação da preparação e apresentação de candidaturas ao PIT;
- Continuação da elaboração / negociação de vários protocolos de cooperação técnica e financeira – com a CM Tavira, a ARH e o IPTM.

A atividade da sociedade tem sido assegurada, fundamentalmente, através de contrato com a Parque Expo para a gestão e coordenação da Intervenção Polis Litoral Ria Formosa.

Listam-se neste capítulo as principais atividades desenvolvidas pela sociedade no ano de 2010.

4.2. Investimento e Financiamento

A sociedade regulou a sua atuação a partir dos orçamentos de despesa e de financiamento apresentados no capítulo 5.

4.3. Ações desenvolvidas

4.3.1. Estrutura e Gestão

Incluem-se neste item todas as atividades relacionadas com a estrutura e gestão da Intervenção e os correspondentes custos, a saber: custos de estrutura (instalações e funcionamento, custos administrativos), custos de gestão (contrato de gestão) e elaboração dos estudos de base (Plano Estratégico e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica).

Regista-se a aprovação final do Plano Estratégico e do Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica, em janeiro de 2011. Na sequência desta aprovação, foi remetida a Declaração Ambiental para a Agência Portuguesa do Ambiente.

4.3.2. Planos / Estudos / Projetos / Empreitadas

Com base nas orientações do Plano Estratégico, deu-se início ao lançamento dos procedimentos de seleção dos adjudicatários para a elaboração de diversos levantamentos topográficos e cadastrais considerados prioritários, bem como de estudos e projetos técnicos de execução e para a realização de empreitadas.



No quadro seguinte listam-se e sistematizam-se as ações/projetos a concretizar ao longo da Intervenção, com especial destaque para as que tiveram desenvolvimento no presente ano:

Ação/Projeto	Projeto		OBRA	
	Início	Conclusão	Início	Conclusão
Ações TRANSVERSAIS - FARO OLHÃO TAVIRA LOULÉ VR STO ANTÓNIO				
Avaliação Ambiental do Plano Estratégico	(outubro 08)	Janeiro 11	N/A	
P1 Medidas Corretivas da erosão e defesa costeira				
P1.2, P1.3 Reestruturação				
P1.2 Ilha da Culatra (núcleos da Culatra e do Farol) *	(março 10)	(junho 12)	(novembro 12)	(novembro 13)
P1.3 Ilha da Armona (núcleo da Armona) *				
PIR - Projeto de intervenção e requalificação das Ilhas Barreira e Ilhotes				
P2 Medidas Corretivas da erosão e defesa costeira				
P2.1 Renaturalização				
PIR - Projeto de intervenção e requalificação das Ilhas Barreira e Ilhotes	(dezembro 09)	(fevereiro 12)	(julho 12)	(dezembro 14)
Levantamento das edificações existentes	(janeiro 09)	(janeiro 10)	N/A	
Demolição e Remoção de Resíduos Existentes nas Áreas Navegáveis e Margens	---	---	(dezembro 08)	(abril 09)
Demolições e Limpeza do Areal da Fuseta - Empreitada de Emergência	---	---	(abril 10)	(julho 10)
Demolições e limpeza do areal da Fuseta	---	---	(abril 10)	(junho 10)
Demolições controladas de casas em risco de derrocada na zona poente da Península do Ancão	---	---	(dezembro 10)	Janeiro 11
Levantamento topográfico	(junho 10)	Fevereiro 11	N/A	
P2.2 Alimentação artificial de praias e transposição de barras				
Estudo e Planos - Minimização de Riscos Inerentes à Hidrodinâmica da Ria Formosa	(maio 10)	(janeiro 12)	N/A	
Levantamento topo-hidrografico da ilha da Armona - Núcleo da Fuseta e Canal da Fuseta	(março 10)	(março 10)	N/A	
Levantamento topo-hidrografico da barra da Fuseta e áreas adjacentes	(julho 10)	(julho 10)	N/A	
Levantamento topo-hidrografico das barras da Fuseta e áreas adjacentes	(dezembro 10)	(dezembro 10)	N/A	
Reposição das Condições de Navegabilidade no Acesso à Ilha da Armona, Canal da Fuseta - Intervenção de Emergência	(agosto 10)	(outubro 10)	(novembro 10)	(dezembro 10)
Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 1 - Intervenção de Emergência	---	(maio 10)	(junho 10)	(outubro 10)
Fiscalização da empreitada do Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 1 - Intervenção de Emergência			(junho 10)	(outubro 10)
Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 2 - Intervenção de Emergência	(novembro 10)	(novembro 10)	Janeiro 11	Agosto 11
Fiscalização da empreitada do Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 2 - Intervenção de Emergência			Janeiro 11	Abril 11
Recolha de amostras e respetiva caracterização física e química dos sedimentos existentes na zona da antiga barra da Fuseta	(novembro 10)	(novembro 10)	N/A	
Recolha de amostras e caracterização físico-química dos sedimentos existentes em zonas da Ria Formosa	Março 11	Julho 11	N/A	
Atualização de dados Topo-Hidrográficos em Zonas da Ria Formosa	Março 11	Maio 11	N/A	
Monotorização topohidrográfica das barras da Fuseta	Fevereiro 11	Dezembro 11	N/A	

Ação/Projeto	Projeto		OBRA	
	Início	Conclusão	Início	Conclusão
Recolha de amostras e caracterização físico-química de sedimentos da Ria, em zona entre Barras da Fuseta	Janeiro 11	Fevereiro 11	N/A	
Reabilitação da barra nova da Fuseta - intervenção de Emergência	Janeiro 11	Fevereiro 11	Abril 11	Agosto 11
Fiscalização de Empreitadas de Recuperação e Consolidação do Cordão Dunar na Ilha da Armona e de Reabilitação da Barra Nova da Fuseta	N/A		Maio 11	Setembro 11
Empreitada de Reposição das Condições de Navegabilidade na Área de Manobra do Cais da Ilha da Armona - Intervenção de Emergência	(dezembro 10)	(dezembro 10)	Março 11	Março 11
Acessoria Técnica Especializada às Intervenções de Fecho da Barra Velha da Fuseta e de Reposição das Condições de Navegabilidade na Barra Nova da Fuseta	Abril 11	Dezembro 11	Abril 11	Dezembro 11
P2.3 Recuperação dunar e lagunar				
Elaboração de parecer sobre a possibilidade e consequências da construção de obras de proteção costeira na Ria Formosa	Abril 11	Junho 11	---	---
P3 Requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar				
	---	---	---	---
P4 Plano de mobilidade e ordenamento de circulação na Ria				
Plano de Mobilidade e Ordenamento de Circulação na Ria	Outubro 11	(julho 12)	---	
P5 Criação, requalificação e valorização das infraestruturas de acostagem e áreas adjacentes				
Empreitada de Adaptação e Reabilitação de Pontes-Cais de Acesso às Ilhas Barreira	(fevereiro 09)	(dezembro 09)	(maio 10)	Março 11
Fiscalização da "Empreitada de Adaptação e Reabilitação de Pontes-Cais de Acesso às Ilhas Barreira"	N/A		(maio 2010)	Abril 11
Fornecimento e Instalação de Cais Marítimo - Turísticas e Taxis Marítimos e Cais de Passageiros, em Cabanas de Tavira	(maio 2010)	(junho 2010)	(julho 2010)	(agosto 2010)
Inspeção Subaquática às Estruturas Imersas das Pontes Cais de Olhão, Armona, Culatra e Farol	(junho 2010)	(outubro 2010)	N/A	
Avaliação do Estado da Estrutura de Betão do Cais de Olhão	(dezembro 10)	(dezembro10)	N/A	
P6 Plano de valorização e gestão sustentável das atividades ligadas aos recursos da Ria				
Elaboração de Estudos e Planos	(janeiro 2010)	(outubro 12)	N/A	
P7 Infraestruturas de apoio ao uso balnear				
Plano de Praia do Garrão (nascente)	(dezembro 09)	(maio 12)	(setembro 12)	(junho 13)
Plano de Praia do Ancão	(julho 09)	(março12)	(agosto 12)	(julho13)
Plano de Praia dos Cavacos	(maio 2010)	Dezembro 11	(junho 12)	(dezembro 12)
Plano de Praia Fuseta – Ria Plano de Praia Fuseta - Mar (em conjunto com o P5 Cais de Acesso)	(novembro 09)	(abril 12)	(setembro 12)	(junho 13)
Levantamento topográfico	(julho 10)	Fevereiro 11	N/A	
P9, P10 Plano de marketing territorial Plano de comunicação e divulgação				
Planos	(abril 09)	(dezembro 14)	N/A	
P12 Instalação de centros de divulgação dos valores naturais e patrimoniais				
Requalificação do património construído para divulgação dos valores naturais presentes – CEAM	(novembro 08)	(janeiro 09)

Ação/Projeto		Projeto		OBRA	
		Início	Conclusão	Início	Conclusão
Ações POR CONCELHO					
» FARO					
P1 Medidas Corretivas da erosão superficial					
P1.1 Península do Ancão – Praia de Faro					
Plano de Pormenor da Praia de Faro	(março 09)	(agosto 12)	N/A		
Avaliação Ambiental Estratégica Plano de Pormenor da Praia de Faro	(outubro 08)	(dezembro 10)	N/A		
Execução de Plantas Parcelares - Plano de Pormenor da Praia de Faro	(fevereiro 10)	(julho 10)	N/A		
Estudo de Viabilidade da Reabilitação da Ponte de Acesso à Praia de Faro	(julho 09)	(fevereiro 10)	N/A		
Estudo de Viabilidade do Parque de Estacionamento Exterior à Praia de Faro	(junho 09)	Maio 11	N/A		
Levantamento topográfico	(junho 10)	Fevereiro 11	N/A		
P8 Requalificação de espaços ribeirinhos					
P8.2 Parque Ribeirinho de Faro	(outubro 09)	Agosto 11	(junho 12)	(abril 13)	
Levantamento Topográfico - Parque Ribeirinho de Faro	(janeiro 10)	(junho 10)	N/A		
Prospecção Geotécnica	Maio 11	Maio 11	N/A		
» OLHÃO					
P8 Requalificação de espaços ribeirinhos					
P8.3 Parque ribeirinho poente de Olhão	(outubro 10)	(abril 12)	(novembro 12)	(dezembro 13)	
Requalificação da zona de acostagem e espaço envolvente em Olhão (Zona nascente)	(maio 10)	(maio 12)	N/A		
Requalificação do mobiliário urbano e estruturas de apoio do cais de Olhão	(maio 10)	(maio 12)	N/A		
Levantamento topográfico	(junho 10)	Fevereiro 11	N/A		
P11 Trilhos de Descoberta dos Valores Naturais e Patrimoniais da Ria					
	---	---	---	---	
» TAVIRA					
P1 Medidas Corretivas da erosão superficial					
P1.4 Quatro Águas	(abril 09)	(maio 12)	(setembro 12)	(agosto 13)	
P1.5 Ilha de Tavira					
Projeto de Intervenção e Requalificação da Ilha de Tavira	(outubro 09)	(maio 12)	(setembro 12)	(agosto 13)	
Margens Arraial Ferreira Neto e Ilha de Tavira (Ponte Cais)	(julho 09)	(março 12)	(julho 12)	(agosto 13)	
Prospecção Geotécnica - Ilha de Tavira	(junho 10)	(agosto 10)	N/A		
Levantamento topográfico	(junho 10)	Fevereiro 11	N/A		
P8 Requalificação de espaços ribeirinhos					
P8.4 Requalificação paisagística da ligação Pedras D'EL Rei - Santa Luzia	(novembro 09)	(março 12)	(julho 12)	(março 13)	
Levantamentos topográficos - Espaços Ribeirinhos de Loulé, Tavira e VRSA	(março 10)	(setembro 10)	N/A		
P8.5 Requalificação paisagística da Marginal de Cabanas	(setembro 09)	(novembro 10)	
Requalificação paisagística da Marginal de Cabanas - Fiscalização	N/A		(março 09)	(novembro 10)	
Requalificação paisagística da Marginal de Cabanas - Acompanhamento Arqueológico	N/A		(dezembro 09)	(março 10)	
» LOULÉ					
P8 Requalificação de espaços ribeirinhos					
P8.1 Parque Ribeirinho do Ludo	(novembro 09)	(fevereiro 12)	(julho 12)	(fevereiro 13)	
Levantamentos topográficos - Espaços Ribeirinhos de Loulé, Tavira e VRSA	(março 10)	(setembro 10)	N/A		

Ação/Projeto	Projeto		OBRA	
	Início	Conclusão	Início	Conclusão
» VILA REAL DE STO ANTÓNIO				
P8 Requalificação de espaços ribeirinhos				
P8.6 Percurso Pedonal e Ciclavél Lacém – Manta Rota	(novembro 09)	(fevereiro 12)	(outubro)	(julho 13)
Levantamentos topográficos - Espaços Ribeirinhos de Loulé, Tavira e VRSA	(março 10)	(setembro 10)	N/A	



5. Orçamento

5.1. Despesa Realizada

Em 2011, a despesa realizada respeitou a:

- Em termos de natureza da despesa, essencialmente a despesas com Empreitadas, a despesas com Estudos, Planos e Projetos de Execução bem como com o Contrato de Gestão Global da Intervenção;
- Em termos de centros de custo aos Projetos "P2 - Renaturalização, Alimentação Artificial de Praias, Transposição de Barras, Recuperação Dunar e Lagunar", ao "P8 - Requalificação de Espaços Ribeirinhos - Parques Públicos e Percursos Pedonais" e ao "P5 - Criação, Requalificação e Valorização das Infraestruturas de Acostagem e Áreas Adjacentes"

Globalmente, a despesa realizada em 2011 situou-se nos 5.303.513,53€ fazendo com que a despesa realizada em termos acumulados à mesma data se situasse nos 20,03 milhões de euros.

Nos quadros seguintes apresenta-se a desagregação da despesa por natureza e por centros de custo, e a sua comparação com os valores orçamentais previstos para o mesmo período.

Despesa por natureza - Ano 2011 e Total da Intervenção

(Valores com IVA em euros)

Naturezas		Ano 2011				Intervenção Global		
		Orçamento PAO 2011 (Aprov. CA de 18.03.2011)	Realizado	Desvio = (d) - (c)		Orçamento PAO 2011 (Aprov. CA de 18.03.2011)	Realizado	Taxa de Execução
		(c)	(d)	Valor	%	(e)	(f)	(f) / (e)
02	CONSUMOS	17.356,65	10.057,17	-7.299,48	-42,06%	69.939,15	36.604,69	52,34%
03	LIMPEZAS / REPARAÇÕES	6.203,87	6.289,56	85,69	1,38%	26.455,95	17.235,83	65,15%
04	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	10.000,00	23.099,17	13.099,17	130,99%	91.888,65	94.987,82	103,37%
05	DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	49.244,98	88.696,01	39.451,03	80,11%	207.842,57	204.036,12	98,17%
10	REMUNERAÇÕES PESSOAL	32.884,94	32.533,12	-351,82	-1,07%	152.751,63	123.589,27	80,91%
11	REMUNERAÇÕES ÓRGÃO SOCIAIS	43.705,00	39.292,02	-4.412,98	-10,10%	197.815,00	149.697,02	75,68%
12	REMUNERAÇÕES SERVIÇOS EXTERNOS	30.366,00	27.896,40	-2.469,60	-8,13%	147.681,00	99.662,40	67,48%
13	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	500,00	0,00	-500,00	-100,00%	2.130,66	1.130,66	53,07%
18	CUSTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00%	1.749.737,42	0,00	0,00%
19	HONORÁRIOS E SERVIÇOS	600.912,00	600.912,00	0,00	0,00%	3.484.800,00	2.525.712,00	72,48%
28	ARQUEOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00%	8.640,00	8.640,00	100,00%
36	ESTUDOS E PLANOS	2.133.718,15	633.185,48	-1.500.532,67	-70,32%	4.181.319,68	1.963.779,33	46,97%
43	ASSESSORIAS	190.275,00	221.080,82	30.805,82	16,19%	607.663,46	460.952,40	75,86%
45	ELABORAÇÃO DE PROJECTOS	3.878.517,11	472.037,04	-3.406.480,07	-87,83%	4.988.417,85	1.078.647,92	21,62%
49	DESPESAS RELACIONADAS COM EMPREITADAS	3.306,33	5.867,91	2.561,58	77,48%	20.790,71	20.045,96	96,42%
50	EMPREITADAS	17.507.813,10	3.022.740,69	-14.485.072,41	-82,73%	68.256.016,58	12.780.038,90	18,72%
51	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	655.373,92	119.826,14	-535.547,78	-81,72%	2.141.953,22	464.013,92	21,66%
99	DESPESAS NÃO ESPECIFICADAS	1.199.395,00	0,00	-1.199.395,00	-100,00%	6.000.000,00	3.025,00	0,05%
TOTAL		26.359.572,05	5.303.513,53	-21.056.058,52	-79,88%	92.335.843,53	20.031.799,24	21,69%

Despesa por Centros de Custo - Ano 2011 e Total da Intervenção

(Valores com IVA em euros)

Centro de Custo / Descrição		Ano 2011				Intervenção Global		
		Orçamento PAO 2011 (Aprov. CA de 18.03.2011)	Realizado	Desvio = (d) - (c)		Orçamento PAO 2011 (Aprov. CA de 18.03.2011)	Realizado	Taxa de Execução
		(c)	(d)	Valor	%	(e)	(f)	(f) / (e)
RF010000	Custos de Estrutura e de Gestão da Intervenção	791.173,44	828.775,45	37.602,01	4,75%	6.131.042,03	3.252.655,82	53,05%
RF020000	Estudos de Base da Intervenção	0,00	0,00	0,00	0,00%	282.379,70	282.379,70	100,00%
RF110000	P1 – Reestruturação e Requalificação das Ilhas e Esp. Terrestres Contíguos	3.508.513,14	260.837,70	-3.247.675,44	-92,57%	14.589.150,09	889.334,50	6,10%
RF120000	P2 – Renaturalização, Alimentação Artificial de Praias, Transp. de Barras, Recup. Dunar e Lagunar	9.466.780,25	2.754.187,35	-6.712.592,90	-70,91%	38.381.825,04	6.356.565,49	16,56%
RF130000	P3 – Recuperação da Rede Hidrográfica Adjacente ao Sistema Lagunar	164.601,78	0,00	-164.601,78	-100,00%	2.000.000,01	0,00	0,00%
RF140000	P4 – Plano de Mobilidade e Ordenamento da Circulação	140.000,00	778,30	-139.221,70	-99,44%	350.000,00	778,30	0,22%
RF150000	P5 – Criação, Requalificação e Valorização das Infraestruturas de Acosagem e Áreas Adjacentes	4.513.920,47	1.161.343,32	-3.352.577,15	-74,27%	7.216.000,00	3.863.422,85	53,54%
RF160000	P6 – Plano de Valorização e Gestão Sustentável das Atividades Económicas	160.477,86	168.615,78	8.137,92	5,07%	494.851,94	262.273,06	53,00%
RF170000	P7 – Infraestruturas de Apoio ao Uso Balnear	3.049.533,83	126.830,06	-2.922.703,77	-95,84%	7.203.328,18	194.675,36	2,70%
RF180000	P8 – Requalificação de Espaços Ribeirinhos - Parques Públicos e Percursos Pedonais	3.979.869,52	-101.206,31	-4.081.075,83	-102,54%	13.187.266,52	3.427.708,29	25,99%
RF190000	P9 – Plano de Marketing Territorial	168.859,88	0,00	-168.859,88	-100,00%	416.813,49	79.093,73	18,98%
RF200000	P10 – Plano de Comunicação e Divulgação	118.756,00	97.429,43	-21.326,57	-17,96%	583.186,52	422.587,07	72,46%
RF210000	P11 – Definição de Trilhos e Percursos de Descoberta dos Valores Naturais e Patrimoniais da Ria	124.225,66	0,00	-124.225,66	-100,00%	250.000,00	0,00	0,00%
RF220000	P12 – Instalação de Centros de Divulgação dos Valores Naturais e Patrimoniais da Ria	172.860,22	5.922,45	-166.937,77	-96,57%	1.250.000,01	1.000.325,08	80,03%
TOTAL		26.359.572,05	5.303.513,53	-21.056.058,52	-79,88%	92.335.843,53	20.031.799,25	21,69%

Relativamente ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento para 2011, o desvio verificado prende-se fundamentalmente com o atraso na realização de empreitadas – menos cerca de 14,5 milhões de Euros do que o inicialmente previsto – e nos Projetos P2 – menos cerca de 6,7 milhões de Euros e P8 – menos cerca de 4,1 milhões de Euros.

Registe-se ainda que no Projeto P8 o decréscimo na despesa global de 2011, indicado no quadro anterior, se deveu à redução de 258.875,68€ nos valores acumulados, em virtude da alteração do IVA da Empreitada de Requalificação Paisagística da Marginal da Cabanas, para taxa reduzida.

5.2. Financiamento Recebido

A cobertura financeira da despesa foi efetuada com base nos financiamentos realizados / recebidos (em 2008, em 2009, em 2010 e em 2011) como a seguir se indica:

- De capital social do acionista Estado (realizado integralmente no ano de 2008), no montante de 14,175 milhões de Euros;



- De capital social realizado pelos acionistas Câmara Municipal de Tavira e Câmara Municipal de Loulé no montante de 405 mil Euros e de 270 mil Euros, respetivamente;
- Do financiamento comunitário à intervenção recebido, durante o ano de 2009 - cerca de 1.604,8 mil Euros, sendo na sua globalidade do POA – Programa Operacional do Ambiente, no ano de 2010 – no montante de 558,4 mil Euros recebidos integralmente do POVT – Programa Operacional da Valorização do Território e no ano de 2011 – no valor global de 2.573,8 mil Euros, sendo 1.222 mil Euros, de pagamentos do POVT e os remanescentes 1.351,8 mil Euros do PO Alg – Programa Operacional do Algarve.
- Do financiamento da parcela de 500 mil Euros, paga em 2010 pelo IPTM a título de adiantamento à Empreitada dos Cais, no âmbito do aditamento ao protocolo para o Estabelecimento das Bases de Cooperação Técnica e Financeira, bem como uma segunda parcela de 1.550 mil Euros, paga em janeiro de 2011 no âmbito do já referido protocolo. A este valor global de 2.050 mil Euros viria a acrescer já no início de 2012 um terceiro pagamento de 1.100 mil Euros;
- Da parcela de 1.112,2 mil Euros pagos pela Câmara Municipal de Tavira a título de financiamento adicional à Empreitada de Cabanas, no âmbito do protocolo de Comparticipação Financeira celebrado entre a Sociedade;
- Do pagamento pelo PIT e no âmbito da candidatura referente à Marginal de Cabanas, da parcela de 192.514,16€ a título de adiantamento - 30% do cofinanciamento total da candidatura, pago em 2010 e da parcela de 377,5 mil Euros pago em 2011 no âmbito da mesma candidatura;
- Da parcela de 25 mil euros pago pela ARH em 2009 no quadro do protocolo de cooperação técnica e financeira para desenvolvimento do P6. - Plano de Valorização e Gestão Sustentável das Atividades Económicas;
- Do valor de 578.173€, recebido até 31.Dez.2011 e relativo a juros, “vendas de cadernos de encargos” e contrapartidas do ICNB e do INRB no âmbito do Protocolo de “Segurança e Vigilância humana.

Em termos acumulados ao final de 2011, o financiamento global recebido pela sociedade atingiu os 23.912,5 mil Euros.

No quadro seguinte sintetizam-se os financiamentos por cada uma das suas origens em termos anuais e acumulados a 31 dezembro, permitindo-se a este nível verificar não só os valores realizados, mas também os valores orçamentados para aqueles períodos.

Descrição das Fontes de Financiamento	Ano 2011		Intervenção Global	
	Orçamento PAO 2011 (Aprov. CA de 18.03.2011)	Realizado	Orçamento PAO 2011 (Aprov. CA de 18.03.2011)	Realizado
Comunitário	5.280.687,00	2.573.825,00	43.079.736,00	4.727.084,00
POVT - Programa Operacional Temático de Valorização Territorial	3.452.519,00	1.222.026,00	32.291.614,00	1.780.435,00
POR Algarve	1.657.832,00	1.351.799,00	8.760.434,00	1.341.828,00
PROMAR	170.336,00	0,00	422.867,00	0,00
POA - Programa Ambiente (QCA III)	0,00	0,00	1.604.821,00	1.604.821,00
Nacional	15.920.217,00	1.927.496,00	43.410.797,00	18.607.280,00
Capital Social	7.650.000,00	0,00	22.500.000,00	14.850.000,00
Estado	0,00	0,00	14.175.000,00	14.175.000,00
Câmaras Municipais	7.650.000,00	0,00	8.325.000,00	675.000,00
Faro	3.150.000,00	0,00	3.150.000,00	0,00
Olhão	2.475.000,00	0,00	2.475.000,00	0,00
Tavira	1.620.000,00	0,00	2.025.000,00	405.000,00
Loulé	405.000,00	0,00	675.000,00	270.000,00
Financiamento Adicional	468.467,00	0,00	1.725.923,00	1.112.270,00
Tavira	132.153,00	0,00	1.389.609,00	1.112.270,00
Vila Real de Santo António	336.314,00	0,00	336.314,00	0,00
MOPTC / IPTM	3.251.750,00	1.550.000,00	3.961.750,00	2.050.000,00
MADPR / ARH	18.926,00	0,00	71.985,00	25.000,00
PIT (MEI / Instituto de Turismo)	2.809.679,00	377.496,00	9.343.795,00	570.010,00
Realojamento (Câmaras Municipais + INRHU)	0,00	0,00	0,00	0,00
Privados	1.721.395,00	0,00	5.807.344,00	0,00
Outras Receitas (Incluindo juros e contrapartidas de custos)	0,00	104.632,00	468.127,00	578.173,00
Juros Credores	0,00	29.938,00	455.284,00	484.261,00
Outras Receitas (Cópias de Processos de Concursos)	0,00	2.350,00	12.843,00	13.493,00
Outras Receitas (Contr. Utilização de Telemóveis)	0,00	7.026,00	0,00	0,00
Outras Receitas (Multas e H. Extr. Emp. Pontes Cais)	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida ICNB Protocolo Psseg. Vig. Humana	0,00	42.536,00	0,00	52.159,00
Contrapartida INRB Protocolo Psseg. Vig. Humana	0,00	22.782,00	0,00	28.260,00
TOTAL	21.200.904,00	4.605.953,00	86.958.660,00	23.912.537,00

5.3. Ponto de situação das Candidaturas a Financiamento Comunitário

Nos quadros seguintes é feito o ponto de situação de cada uma das candidaturas a financiamento comunitário e mesmo nacional (ao PIT – Programa Integrado do Turismo), incluindo as candidaturas apresentadas e ainda não aprovadas e/as não contratadas, sendo, em termos globais o ponto de situação como se segue:

- **Das Candidaturas ao POA (ainda QCA III)**

Polis Ria Formosa- Ponto de Situação das Candidaturas/Pedidos de Financiamento
31-12-2011
Do QCA III / POA
CANDIDATURA nº 1.3/00034 - "Plano Estratégico da Ria Formosa",
1. Financiamento aprovado em 04 de Dezembro de 2008
178.200,00 Fechada

2. Taxa de Financiamento da Candidatura
75%
3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Recebidos			Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Nº Ordem de Pagamento	Data			
1	30-Dez-08	178.200,00	25/09	10-Fev-09	180.380,00	0,00	
			57/09	24-Mar-09	17.820,00		
TOTAL		178.200,00		178.200,00		0,00	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)
100,00%
5. Enviado Relatório Final em 30-12-08
6. Encerramento da candidatura em Março de 2009
CANDIDATURA nº 1.1/00071 - "Conservação e valorização do património natural da Ria Formosa",
1. Financiamento aprovado em 30 de Junho de 2009 (Reprogramação)
1.409.903,40 Fechada

2. Taxa de Financiamento da Candidatura
75%
3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Recebidos			Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Nº Ordem de Pagamento	Data	Valor (€)		
1	01-Abr-09	841.958,18	81/09	30-Abr-09	734.002,20	0,00	
			91/09	05-Mai-09	107.955,98		
2	07-Mai-09	564.609,98	111/09	19-Jun-09	401.556,59	0,00	62.684,76
			159/09	06-Out-09	68.951,73		
			160/09	06-Out-09	31.436,90		
3	15-Jul-09	65.556,66	161/09	06-Out-09	65.556,66	0,00	
TOTAL		1.472.124,82		1.409.460,06		0,00	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)
99,97%
5. Enviado Novo Relatório Final em 14-07-09
6. Encerramento da candidatura em
CANDIDATURA nº 1.3/00038 - "Video sobre a Ria Formosa"
1. Financiamento aprovado em Maio de 2009
17.160,83 Fechada

2. Taxa de Financiamento da Candidatura
75%
3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Recebidos			Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Nº Ordem de Pagamento	Data	Valor (€)		
1	07-Mai-09	17.160,83	135/09	28-Jul-09	12.764,25	0,00	
			138/09	25-Ago-09	2.978,33		
			139/09	25-Ago-09	1.418,25		
TOTAL		17.160,83		17.160,83	0,00		

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)
100,00%
5. Enviado Relatório Final em 07-05-09
6. Encerramento da candidatura em Agosto de 2009

- **Das Candidaturas ao POVT (QREN)**

Polis Ria Formosa- Ponto de Situação das Candidaturas/Pedidos de Financiamento
31-12-2011
Do QREN - POVT
CANDIDATURA n° POVT-03-0133-FCOES-000020 -"Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa – Projectos e Planos de Intervenção e Requalificação"
1.Financiamento Aprovado em 30 de Abril de 2009
1.372.345,48
2.Taxa de Financiamento da Candidatura
70%
3. Pedidos de Pagamento

Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	29-Mar-10	71.101,80	07-Abr-10	71.101,80		
2	30-Mar-10	49.392,00	07-Abr-10	49.392,00		
3	30-Mar-10	35.550,90	07-Abr-10	35.550,90		
4	22-Abr-10	78.708,00	30-Abr-10	78.708,00		
5	22-Abr-10	25.074,00	30-Abr-10	25.074,00		
6	22-Abr-10	10.416,00	30-Abr-10	10.416,00		
7	18-Ago-10	15.578,89	25-Ago-10	15.578,89		
8	18-Ago-10	96.986,83	27-Ago-10	96.986,83		
9	11-Out-10	Envio dos Recibos do PP contra-fatura				
10	15-Nov-10	6.673,80	08-Dez-10	6.673,80		
11	18-Nov-10	53.779,60	08-Dez-10	53.779,60		
12	30-Dez-11	254.174,25				
TOTAL		697.436,07		443.261,82		

4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)
32,30%

CANDIDATURA n° POVT-03-0133-FCOES-000028 - "Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Estudos e Projectos de Execução"
1. Financiamento Aprovada em 30-03-2010 1.156.220,80

2. Taxa de Financiamento da Candidatura 70%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	20-Jul-10	100.930,20	27-Jul-10	100.930,20	0,00	
2	18-Nov-10	14.217,00	08-Dez-10	14.217,00	0,00	
3	28-Mar-11	Sem efeito			0,00	
4	29-Mar-11	15.881,25	7-Abr-11	15.881,25	0,00	PP5 é Pagamento Contra Factura. Foi justificado com atraso embora os documentos estejam dentro dos 30 dias
5	29-Mar-11	16.143,75			16.143,75	
6	29-Jun-11	5.686,80	22-Dez-11	5.686,80	5.686,80	
7			17-Mai-11	16.143,75	-16.143,75	Pagamento PP5 CF
8	29-Dez-11	27.142,71			27.142,71	
TOTAL		180.001,71		152.858,80	32.829,51	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado) 13,22%

CANDIDATURA n° POVT-01-0133-FCOES-000045 - "Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Obras de emergência na ilha da Armona - Núcleo da Fuzeta"
1. Financiamento Aprovado em 31-12-2010 1.246.646,30

2. Taxa de Financiamento da Candidatura 70%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	18-Mar-11	972.558,79	15-Abr-11	972.558,79	0,00	
2	19-Mai-11	253.029,18	07-Jun-11	211.755,20	41.273,98	Pagamento parcial. 5% do total candidatura pago com o rel. final
TOTAL		1.225.587,97		1.184.313,99	41.273,98	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado) 95,00%

- Das Candidaturas ao PO Algarve (QREN)

Polis Ria Formosa- Ponto de Situação das Candidaturas/Pedidos de Financiamento						
31-12-2011						
Do QREN _ PO Algarve 21						
CANDIDATURA n° ALG-02-132-FEDER-000015-"Planos de Praia da Ria Formosa-projectos de Execução"						
1.Financiamento Aprovado em 07-12-2010					165.312,38	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					60%	
3. Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	19-Jan-11	29.184,13	05-Abr-11	29.184,13	0,00	
2	07-Jul-11	9.971,24	04-Ago-11	9.971,24	0,00	
3	26-Dez-12	34.005,86			34.005,86	
TOTAL		73.161,22		39.155,37	34.005,86	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					44,26%	
CANDIDATURA n° ALG-02-132-FEDER-000016-"Requalificação dos Espaços Ribeirinhos- Parques Públicos e Percursos Pedonais - Projectos de execução"						
1.Financiamento Aprovado em 07-12-2010					303.686,64	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					60%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	19-Jan-11	96.833,40	05-Abr-11	96.833,40	0,00	
2	12-Dez-11	58.935,00			58.935,00	
TOTAL		155.768,40		96.833,40	58.935,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					51,29%	

- **Das Candidaturas ao PROMAR**

Polis Ria Formosa- Ponto de Situação das Candidaturas/Pedidos de Financiamento						
31-12-2011						
Do PROMAR						
CANDIDATURA n° 31-03-01-FEP-61-"Estudos de valorização das actividades ligadas aos recursos da Ria Formosa"						
1.Financiamento Proposto em Novembro de 2009 e aprovado em 22-03-2010					466.368,00	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					75%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	02-Fev-11	70.242,96			70.242,96	
1 anulado	17-Nov-11	-70.242,96			-70.242,96	
2	17-Nov-11	142.862,16			142.862,16	
TOTAL		142.862,16			142.862,16	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					30,63%	

- Das Candidaturas ao PIT

Polis Ria Formosa- Ponto de Situação das Candidaturas/Pedidos de Financiamento						
31-12-2011						
Do Turismo de Portugal						
CANDIDATURA nº104/PIT-I/10-"Requalificação Paisagística da Marginal de Cabanas"						
1.Financiamento Aprovado em 12-07-2010					641.713,85	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					21%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
Ped. Adiantamento	27-Ago-10	192.514,16	11-Nov-10	192.514,16	0,00	
1ºPP	29-Jun-11	413.789,01	24-Ago-11	377.495,82	36.293,19	
TOTAL		606.303,17		570.009,98	36.293,19	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					94,48%	
CANDIDATURA nº 103/PIT-I/10-"Reabilitação das Pontes-Cais de Oihão, Armona e Culatra (Povoação e Farol)"						
1.Financiamento Aprovado em 12-07-2010					753.932,00	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					20%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00			0,00	Pedida reanálise da decisão de
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					0,00%	
CANDIDATURA nºP002011/PIT-LI-"Parque Ribeirão de Faro"						
1.Financiamento Aprovado em 07 SET 2011, mas aguardando autorização do Ministro das Finanças					836.281,32	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					25%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00		0,00	0,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					0,00%	



6. Análise Económica e Financeira

6.1. Balanço

Em 2010 o Balanço da Polis Litoral Ria Formosa foi preparado de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) foram registados em capitais próprios.

6.2. Gestão de Risco Financeiro

Esta Sociedade foi criada visando implementar na Ria Formosa um investimento estimado na ordem dos 87 milhões de Euros, para o qual foram desde logo em sede de criação da Sociedade previstas as diversas fontes de financiamento.

Assim, entende-se que a matéria de gestão de risco financeiro não é aplicável a esta Sociedade.

Mesmo assim registam-se, em alguns dos pontos deste capítulo, os aspetos julgados relevantes.

6.2.1. Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva

O sistema de gestão de risco financeiro existente assenta num conjunto de pressupostos que tem por base: i) a proximidade entre a Sociedade e os seus Acionistas (Estado e Municípios); ii) a estreita articulação entre a gestão e os principais responsáveis da Sociedade.

➤ Diversificação de instrumentos de financiamento

O plano de financiamento do investimento da Polis Litoral Ria Formosa está previamente definido e tem por base o Capital Social e Financiamento Comunitário.

➤ Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis

Não aplicável para o ano de 2011, na medida em que a Polis Litoral Ria Formosa não recorreu ao financiamento bancário durante este ano.

➤ Diversificação de entidades credoras

Atualmente a Polis Litoral Ria Formosa não tem entidades credoras de natureza bancária. Os fornecedores, estão relacionados com o fornecimento de bens e serviços, e a sua seleção resulta de processos de contratação pública que seguem as normas legalmente em vigor.

➤ Contratação criteriosa de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado

O facto dos objetivos estratégicos da Sociedade e correspondente Plano de Atividades e Orçamento serem anualmente submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas e posteriormente, numa base trimestral, objeto de reporte quanto ao seu grau de execução, impõe na Sociedade uma dinâmica de acompanhamento, controlo e monitorização que permite aferir com regularidade a adequação das medidas tomadas, tendo em vista a realização dos objetivos e orientações superiormente estabelecidas os quais limitam os investimentos futuros à existência de financiamento.

6.2.2. Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes

A atuação da Polis Litoral Ria Formosa, enquanto empresa instrumental, encontra-se cingida à execução de ações específicas previstas no seu Plano Estratégico mediante a garantia prévia do seu financiamento através de capitais próprios e fundos comunitários.

➤ Consolidação do passivo remunerado através da transformação do passivo, de curto em médio e longo prazo, em circunstâncias de mercado que resultem favoráveis

A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária. Da mesma forma, não se encontra exposta a riscos de natureza cambial, na medida em os investimentos são realizados localmente, não existindo por esse motivo aplicações, nem origens de fundos em outra moeda que não seja o Euro.

➤ Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação

A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária.

➤ Minimização da prestação de garantias reais

Visto o recurso ao financiamento bancário ser nulo, não existe por esta via a prestação de garantias reais.

➤ Minimizações de cláusulas restritivas (covenants)

Não aplicável.

6.2.3. Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa

➤ Adoção de política tendente à minimização da afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos anuais e plurianuais

Não aplicável.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'S' and 'J'.

- Opção privilegiada pelos investimentos que, tendo comprovada rentabilidade social e/ou empresarial, beneficiam de cofinanciamento comunitário e de recursos próprios, sem prejuízo dos subsídios ao investimento atribuídos pelo Estado e das dotações de capital aprovadas para o efeito
Estando a Sociedade a desenvolver uma atividade vocacionada exclusivamente para a requalificação e valorização da Ria Formosa, como um instrumento de política pública que visa um aumento da satisfação e qualidade das condições de vida das comunidades locais e regionais, os investimentos realizados até ao momento tiveram sempre presentes por um lado a garantia de existência de capitais próprios disponíveis, e por outro lado o recurso a financiamentos de natureza comunitária, no quadro do plano de financiamento definido em sede de criação da Sociedade.
- Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento
Atendendo à natureza da atividade desenvolvida, a qual está subordinada à proposta do Plano Estratégico, a estrutura de financiamento é baseada quase exclusivamente em capitais próprios e financiamento comunitários.

6.2.4. Inclusão nos Relatórios e Contas

- Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos
Conforme referido a Sociedade não contraiu desde a sua constituição nenhum empréstimo bancário.
- Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos
Conforme referido a Sociedade não contraiu desde a sua constituição nenhum empréstimo bancário.
- Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro
Atendendo à especificidade da atividade desenvolvida, a reduzida dimensão da estrutura humana e considerada que foi a complexidade da estrutura financeira existente entendeu-se não se justificar a criação e manutenção de um sistema de controlo e gestão de riscos independente, conforme preconizado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007 de 28 de março de 2007.

6.2.5. Reflexão nas Demonstrações Financeiras 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira

A Polis Litoral Ria Formosa não contratualizou qualquer operação de swap.

6.2.6. Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 janeiro:

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva				Ponto 6.2.1. do R C
Diversificação de instrumentos de financiamento			x	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			x	
Diversificação de entidades credoras			x	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			x	
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes				Ponto 6.2.2. do R C
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			x	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			x	
Minimização da prestação de garantias reais			x	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			x	
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				Ponto 6.2.3. do R C
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			x	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			x	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			x	
Inclusão nos R&C				Ponto 6.2.4. do R C
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			x	
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			x	
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			x	
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			x	Ponto 6.2.5. do R C

Legenda:

FC - Fundos comunitários CP - Capital próprio

S - Sim N - Não N.A. - Não Aplicável

6.3. Prazo médio de pagamentos a fornecedores

No âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas, criado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, foi dado cumprimento ao que se encontra determinado para os deveres especiais de informação das empresas públicas e em conformidade, procedeu-se ao pagamento a fornecedores de acordo com as condições acordadas, tendo-se registado um PMP anual de 43 dias.

Prazo médio de pagamentos fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	1ºT 2010	2ºT 2010	3ºT 2010	4ºT 2010	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011
PMP a Fornecedores (dias)	92	82	62	63	72	46	22	31

Mapa da posição a 31/12/2011 dos Pagamentos em atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/maio

[Handwritten signatures and initials]

Pagamentos em atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
OPTIMUS	363,53 €	---	---	---	---
CTT	7,58 €	---	---	---	---
CONFORLIMPA	479,70 €	---	---	---	---
A. MASCOTE	2.324,70 €	---	---	---	---
ALGARDATA	1.272,58 €	---	---	---	---
SPAST	97,48 €	---	---	---	---
SULCAMPO	156,06 €	---	---	---	---
VIGIEXPERT	12.191,34 €	---	---	---	---
DFK	3.044,25 €	---	---	---	---
UNIV. DO ALGARVE	17.835,00 €	---	---	---	---
SOFAREIA	39.785,33 €	---	---	---	---
LNEC	46.125,00 €	---	---	---	---
GRUPO M. COUTO ALVES	7.809,56 €	---	---	---	---
BLIZZARD	3.148,80 €	---	---	---	---
AMÉLIA, UNIPessoal	49.856,22 €	---	---	---	---
LHT	10.737,90 €	---	---	---	---
PARQUE EXPO	50.076,00 €	---	---	---	---
NATA DESIGN	325,95 €	---	---	---	---
BLOM	1.476,00 €	---	---	---	---

7. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais e para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do Art.º 10º dos Estatutos da Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A., aprovado pelo Decreto-Lei n.º 244/2009, de 22 de setembro, o Conselho de Administração:

Considerando:

- A natureza não lucrativa da Sociedade;
- O seu objeto social especificamente relacionado com o desenvolvimento do Polis Litoral Ria Formosa;
- A sua constituição por tempo determinado, encontrando-se fixada nos respetivos Estatutos a data da sua extinção;
- As recomendações da Comissão de Normalização Contabilística e dos Órgãos de Fiscalização da Sociedade.

Deliberou:

- Adotar em 2011, à semelhança do que foi adotado em 2010, critérios de contabilização que conduzirão a um resultado líquido do exercício nulo, por ajustamento para a rubrica de trabalhos para a própria empresa relativos a imobilizações em curso, os valores para rateio, devendo o apuramento final ser efetuado aquando da conclusão dos vários projetos.



8. Informação Complementar

8.1. Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou qualquer adiantamento de remunerações.

Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a Sociedade e os seus administradores, diretamente ou por interposta pessoa.

8.2. Outras Obrigações Legais

A Polis Litoral Ria Formosa tem a sua situação Fiscal e a sua situação perante a Segurança Social regularizadas.

8.3. Referências

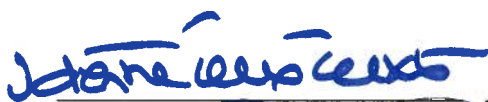
Ao concluir este Relatório, o Conselho de Administração não pode deixar de exprimir uma mensagem de agradecimento às entidades e pessoas que mais a apoiaram na prossecução dos objetivos estabelecidos, nomeadamente aos restantes Órgãos Sociais nomeados / eleitos.

De forma muito especial, queremos sublinhar e agradecer o interesse e apoio manifestado pela Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, e a ação do Gabinete Coordenador do Programa Polis, na pessoa do seu Coordenador, Sr. Eng. José Manuel Reboredo Pinto Leite.

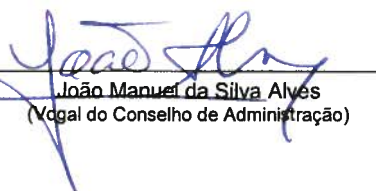
Os Administradores desejam igualmente expressar o seu profundo reconhecimento e agradecimento aos representantes das diversas Câmaras Municipais que, com grande entusiasmo, prestaram uma valiosa colaboração, sem a qual o desenvolvimento da atividade da Sociedade não teria sido possível, e bem assim a todas as restantes entidades e seus representantes que integram a Assembleia Geral e o Conselho Consultivo e a todos os Prestadores de Serviços e Fornecedores com os quais a sociedade se relacionou.

Olhão, 07 de março de 2012

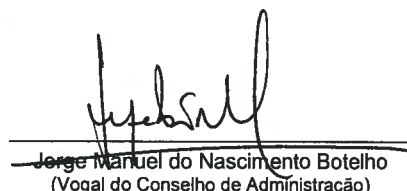
O Conselho de Administração,



Maria Valentina Filipe Coelho Calixto
(Presidente do Conselho de Administração)



João Manuel da Silva Alves
(Vogal do Conselho de Administração)




Jorge Manuel do Nascimento Botelho
(Vogal do Conselho de Administração)

II.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





II.1

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – BALANÇO –

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA S. R. V. R. FORMOSA, SA

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2011

(Valores expressos em euros)

	Notas	31. Dez. 11	31. Dez. 10
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	18,393,928.42	13,170,768.02
Total dos Activos Não Correntes		18,393,928.42	13,170,768.02
Cientes	5	29,660.42	611,764.39
Adiantamentos a fornecedores	6	584.87	221.23
Estado e outros entes públicos	7	142,150.39	50,040.53
Outras contas a receber	8	1,544,457.37	2,855,710.97
Diferimentos	9	2,054.13	5,196.42
Caixa e depósitos bancários	10	4,082,504.79	6,701,291.16
Total dos Activos Correntes		5,801,411.97	10,224,224.70
		24,195,340.39	23,394,992.72
Capitais Próprios			
Capital realizado	11	14,850,000.00	14,850,000.00
Resultados transitados	12	-	-
Outras variações no capital próprio	13	8,925,264.85	5,531,236.21
Resultado líquido do exercício		-	-
Total dos Capitais Próprios		23,775,264.85	20,381,236.21
Passivo			
Outras contas a pagar	14	149,452.95	115,984.99
Total dos Passivos Não Correntes		149,452.95	115,984.99
Fornecedores	15	19,937.22	39,808.00
Estado e outros entes públicos	7	6,801.78	461,356.29
Outras contas a pagar	14	243,883.59	2,396,607.23
Total dos Passivos Correntes		270,622.59	2,897,771.52
Total do Passivo		420,075.54	3,013,756.51
		24,195,340.39	23,394,992.72

Olhão, 6 de Fevereiro de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(TOC2212)

A ADMINISTRAÇÃO

João Carlos
João
João

II.2

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS –

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA S. R. V. R. FORMOSA, SA

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

(Valores expressos em euros)

	Notas	31. Dez. 11	31. Dez. 10
Trabalhos para a própria entidade	16	155,645.96	33,182.76
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos	17	- 149,586.50	- 175,267.96
Gastos como pessoal	18	- 72,826.49	- 129,106.20
Outros rendimentos e ganhos	19	50,084.70	1,029,031.46
Outros gastos e perdas	20	- 7,738.89	- 998,434.32
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		- 24,421.22	- 240,594.26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	- 5,434.06	- 5,311.52
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		- 29,855.28	- 245,905.78
Juros e rendimentos similares obtidos	22	30,727.33	246,866.64
Juros e gastos similares suportados	22	- 241.86	- 252.34
Resultado antes de impostos		630.19	708.52
Imposto sobre o rendimento do período	7	- 630.19	- 708.52
Resultado líquido do período		0.00	0.00
Resultado por acção básico		-	-

Olhão, 6 de Fevereiro de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(TOC2212)

A ADMINISTRAÇÃO

João Carlos Teixeira
João Carlos Teixeira
João Carlos Teixeira

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA S. R. V. R. FORMOSA, SA

**Demonstração dos Resultados Por Funções
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011**

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.11	31.Dez.10
Outros rendimentos		197,991.77	64,331.87
Gastos de distribuição		-	-
Gastos administrativos		222,412.99	304,374.16
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-
Outros gastos		5,434.06	5,863.49
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		- 29,855.28	- 245,905.78
Gastos de financiamento (líquidos)		- 30,485.47	- 246,614.30
Resultados antes de impostos		630.19	708.52
Imposto sobre o rendimento do período		- 630.19	- 708.52
Resultado líquido do período		-	-
Resultado por Ação			

Olhão, 6 de Fevereiro de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(TOC 2212)

A ADMINISTRAÇÃO

João Carlos Teixeira
João Carlos Teixeira
[Assinatura]





II.3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **– DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO** **CAPITAL PRÓPRIO –**

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA S. R. V. R. FORMOSA, SA

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2011

(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2010	1	Notas	14,850,000.00	-	-	-	5,531,236.21	-	20,381,236.21
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	13		-	-	-	-	3,394,028.64	-	3,394,028.64
	2		-	-	-	-	3,394,028.64	-	3,394,028.64
Resultado Líquido do Período	3							-	-
Resultado Integral	4 = 2 + 3							-	3,394,028.64
Posição no Fim do Período 2011	6 = 1 + 4		14,850,000.00	-	-	-	8,925,264.85	-	23,775,264.85

Olhão, 6 de Fevereiro de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(TOC 2212)

A ADMINISTRAÇÃO

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA S. R. V. R. FORMOSA, SA

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2010

(Valores expressos em euros)

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital

			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2009	1	Notas	14,850,000.00	-	-	- 57,874.18	2,293,973.48	-	17,086,099.30
									-
Realização de Capital Social	2 - A		-	-	-	-	-	-	-
Subsídios (Adopção do Referencial Contabilístico)/Aplicação de Capital	2 - B		-	-	-	57,874.18	3,237,262.73	-	3,295,136.91
Resultado Líquido do Período	3							-	-
Resultado Integral	4 = 2 + 3							-	3,295,136.91
Posição no Fim do Período 2010	6 = 1 + 4		14,850,000.00	-	-	-	5,531,236.21	-	20,381,236.21

Olhão, 6 de Fevereiro de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(TOC2212)

A ADMINISTRAÇÃO





II.4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA –

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA S. R. V. R. FORMOSA, SA

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.11	31.Dez.10
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		2,055,055.55	2,521.50
Pagamentos a fornecedores	-	543,204.04	145,322.82
Pagamentos ao pessoal	-	127,069.68	153,774.78
Caixa gerada pelas operações		1,384,781.83	296,576.10
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		38,209.03	8,782.08
Outros recebimentos/pagamentos		1,832,297.39	495,703.66
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		3,255,288.25	190,345.48
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	5,904,506.09	6,380,250.17
	-	5,904,506.09	6,380,250.17
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	12,521.76
Juros e rendimentos similares		30,727.33	235,411.87
		30,727.33	247,933.63
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		- 5,873,778.76	- 6,132,316.54
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	4.83
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
		-	4.83
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	4.83
Juros e gastos similares	-	241.86	252.34
	-	241.86	257.17
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		- 241.86	- 252.34
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		- 2,618,732.37	- 5,942,223.40
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		6,701,291.16	12,643,514.56
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4,082,558.79	6,701,291.16

Olhão, 6 de Fevereiro de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS


(TOC 2212)

A ADMINISTRAÇÃO

Yearling
Lyzal

II.5

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS –



SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSAS. R. V. R. FORMOSA, SA

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA foi constituída em 03 de Junho de 2008, tem a sua sede no Parque Natural da Ria Formosa, Chalé João Lúcio, em Olhão. A Sociedade tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das ações estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção. Tem ainda por objeto a realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos da Ria Formosa, a requalificação e a revitalização das frentes ribeirinhas, a valorização dos núcleos piscatórios e a qualificação e ordenamento da mobilidade na ria, a valorização dos «espaços ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2011 as demonstrações financeiras da Polis Litoral Ria Formosa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal como referido na nota 2 h) seguinte está prevista a dissolução da sociedade em 31 de Dezembro de 2012, no entanto está previsto em Plano de Atividades e Orçamento a continuidade da intervenção até 31 de Dezembro 2014.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos" (Nota 3.9).

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações da empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

Não foi derogada qualquer disposição do SNC que afete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

A Sociedade tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das ações estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção.

Tem ainda por objeto a realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos da ria Formosa, a requalificação e a revitalização das frentes ribeirinhas, a valorização dos núcleos piscatórios e a qualificação e ordenamento da mobilidade na ria, a valorização dos «espaços ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.

No âmbito da atividade da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S. A., os subsídios para investimento serão contabilizados por cada programa operacional / eixo, à medida que sejam solicitados os respetivos pedidos de cofinanciamento. Assim, face a adoção da política contabilística, foi adotada a nota sobre os critérios Contabilísticos da Polis emanada pela C. N. Contabilística, adaptando-se o critério de reclassificar os



resultados entre os Gastos e os Rendimentos de funcionamento por naturezas para Ativos Fixos no final, e rateados por projeto de acordo com o critério definido que denominamos de lucro nulo.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Polis Litoral Ria Formosa, SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	3 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Face à especificidade da atividade da empresa, foram registadas em Investimentos em curso as obras e projetos desenvolvidos pela Sociedade Polis, que aquando da dissolução da sociedade serão atribuídas às entidades beneficiárias. De igual forma as comparticipações recebidas a título de subsídios para essas obras e projetos, serão diferidas até à dissolução da sociedade.

3.3. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 12.5% sobre a matéria coletável até 12.500 euros, aplicando-se a taxa de 25% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em

curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2011 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Tendo em consideração a atividade específica da empresa, nomeadamente quanto aos critérios adotados para o registo de ativos fixos tangíveis e correspondentes subsídios para investimentos explicados na anterior nota 3.2, e a adoção do critério do lucro nulo conforme explicado na nota 2 h) não se considera aplicável nestas componentes o registo de impostos diferidos.

Apesar de apresentar Resultado Líquido do Exercício nulo, foram calculadas as tributações autónomas, que correspondem ao imposto contabilizado, cujo montante foi 630.19€.

3.4. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.6. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.7. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9. R dito e regime do acréscimo

O **rédito** compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O **rédito** é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.10. Subsídios

Os subsídios atribuídos à Sociedade, a fundo perdido, para financiamento de Investimentos em Curso, são registados como Subsídios, na rubrica de Outras Variações no Capital Próprio, a partir do momento da apresentação dos pedidos de pagamento, para os quais a respetiva candidatura se encontre aprovada.

3.11. Resultado das Operações do Exercício

Conforme referido na Nota 2 h), as demonstrações financeiras não apresentam os resultados das operações do exercício, os quais são reclassificados para Investimentos em Curso, atendendo às características específicas das Sociedades Polis.

Deste modo, os réditos de funcionamento e os gastos de funcionamento são registados no decorrer do exercício de acordo com a sua natureza, nas respetivas contas que concorrem para a Demonstração dos Resultados. No final de cada exercício, o resultado apurado é ajustado para a rubrica de Trabalhos para a Própria Empresa e Investimentos em Curso, valores para rateio, em subcontas devidamente identificadas, de forma a apurar um Resultado Líquido do Exercício nulo. No final, os valores constantes dessa conta do ativo, vão ser rateados pelos vários projetos, de acordo com os critérios estabelecidos e constantes da Nota 2 h).

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2011 e de 2010 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2010						
	Saldo em 01-Jan-10	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-10
Custos						
Equipamento administrativo	27,407.30	2,052.41	-	-	-	29,459.71
Investimentos em curso	4,605,130.59	8,544,366.22	-	-	-	13,149,496.81
	4,632,537.89	8,546,418.63	-	-	-	13,178,956.52
Depreciações acumuladas						
Equipamento administrativo	2,876.98	5,311.52	-	-	-	8,188.50
	2,876.98	5,311.52	-	-	-	8,188.50



31 de Dezembro de 2011

	Saldo em 01-Jan-11	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-11
Custos						
Equipamento administrativo	29,459.71	-	-	-	-	29,459.71
Investimentos em curso	13,149,496.81	5,228,594.46	-	-	-	18,378,091.27
	13,178,956.52	5,228,594.46	-	-	-	18,407,550.98
Depreciações acumuladas						
Equipamento administrativo	8,188.50	5,434.06	-	-	-	13,622.56
	8,188.50	5,434.06	-	-	-	13,622.56

5. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente / Participações	-	29,661.92	-	611,764.39
	-	29,661.92	-	611,764.39
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	29,661.92	-	611,764.39

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	29,661.92	-	611,764.39	-
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	29,661.92	-	611,764.39	-

[Handwritten signature]

6. Adiantamentos a fornecedores

O saldo desta rubrica compreende os adiantamentos efetuados a fornecedores por conta de encomendas a satisfazer.

7. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	10,898.49	49,985.16
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	131,251.90	55.37
	142,150.39	50,040.53
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	630.19	708.52
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	451,800.73
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	4,640.07	4,623.00
Segurança Social	1,531.52	4,224.04
	6,801.78	461,356.29

8. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Outros	-	1,544,457.37	-	2,855,710.97
	-	1,544,457.37	-	2,855,710.97
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	1,544,457.37	-	2,855,710.97

Os valores a receber correspondem na sua grande maioria a subsídios para financiamento de investimentos em curso.

9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	434.85	848.32
Outros gastos a reconhecer	1,619.28	4,348.10
	2,054.13	5,196.42
Diferimentos (Passivo)		
	-	-

[Handwritten signatures and initials]

10. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Caixa	19.11	14.03
Depósitos à ordem	1,082,485.68	3,148,541.79
Depósitos à prazo (i)	3,000,000.00	3,552,735.34
	4,082,504.79	6,701,291.16

- (i) Esta rubrica regista dois depósitos a prazo que foram constituídos em 21 de Novembro de 2011. Um com valor de 2.500.000,00€, maturidade de 180 dias e com o pagamento de juros semestrais à taxa de 1,921%, e outro com valor de 500.000,00€, maturidade de 90 dias e com pagamento de juros trimestrais à taxa de 1,59€. De acordo com as condições contratuais, este depósito não tem carácter renovável.

11. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2011 o capital da Empresa, totalmente subscrito, era composto por 22.500 ações com o valor nominal de 1.000 euros cada. Nesta data apenas está realizado 14.850.000,00€.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2011, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
Instituto de Gestão da Tesouraria e do Credito Publico	63%	14,175,000.00

12. Resultados transitados

Não existem Resultados Transitados, uma vez que foi adotado o critério do lucro nulo conforme ado referido nas notas 2 h) e 3.11.

13. Outras variações no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	- 263.96	- 263.96
Subsídios	8,925,528.81	5,531,500.17
	8,925,264.85	5,531,236.21

[Handwritten signature]

14. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	-	227,175.76	-	2,191,266.99
Outros Credores	149,452.95	13,740.57	115,984.99	10,906.08
Outras contas a pagar	-	2,967.26	-	194,434.16
	149,452.95	243,883.59	115,984.99	2,396,607.23

15. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Fornecedores conta corrente	19,937.22	39,808.00
	19,937.22	39,808.00

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	19,937.22	-	39,808.00	-
	19,937.22	-	39,808.00	-

16. Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos incorridos no exercício que foram capitalizados para imputação posterior, aos diferentes projetos, de acordo com os pressupostos que vierem a ser aplicados.

17. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, foi a seguinte:

[Handwritten signatures and initials]

	31-Dez-11	31-Dez-10
Serviços especializados	122,475.67	136,388.26
Materiais	4,477.42	6,845.30
Energia e fluídos	3,153.31	3,637.61
Deslocações, estadas e transportes	66.75	141.05
Serviços diversos	19,413.35	28,255.74
Comunicação	11,965.93	20,928.81
Rendas e Alugueres	4,126.68	3,506.52
Outros	3,320.74	3,820.41
	149,586.50	175,267.96

18. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, foi a seguinte:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Remunerações dos órgãos sociais	38,817.00	43,705.00
Remunerações do pessoal	26,475.42	68,394.03
Encargos sobre remunerações	6,057.73	15,783.19
Seguros	883.32	833.98
Outros gastos com pessoal	593.02	390.00
	72,826.49	129,106.20

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2011 foi 6 e no exercício de 2010 de 6. Conforme deliberação da Administração, os custos com o pessoal diretamente afetos ao desenvolvimento dos projetos, são imputados aos respetivos projetos.

19. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, foram como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Rendimentos suplementares	50,084.70	31,149.13
Outros rendimentos e ganhos		997,882.33
	50,084.70	1,029,031.46

A rubrica de outros rendimentos e ganhos corresponde a comparticipação do Município de Tavira para realização de obra específica.

[Handwritten signatures and initials]

20. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, foram como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Impostos	4,936.51	551.77
Outros gastos e perdas	2,802.38	997,882.35
	7,738.89	998,434.12

A rubrica outros gastos e perdas referem-se a custos suportados para realização de obra específica que foram debitados ao município de Tavira.

21. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-11			31-Dez-10		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Activos fixos tangíveis	5,434.06	-	5,434.06	5,311.52	-	5,311.52
	5,434.06	-	5,434.06	5,311.52	-	5,311.52

22. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2011 e de 2010, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	30,727.33	246,866.64
	30,727.33	246,866.64
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	- 7.50	- 22.50
Outros gastos e perdas de financiamento	- 234.36	- 229.84
	- 241.86	- 252.34
Resultados financeiros	30,485.47	246,614.30

23. Eventos subsequentes

Foi interposto no início do ano de 2012 contra a Sociedade, um processo judicial, pelo fornecedor M. Couto Alves SA. O fornecedor pretende o pagamento de uma indemnização no valor de 5.465.909,00€. É convicção da Administração que o referido processo não tem qualquer fundamento, não se esperando a existência de encargos relevantes relativos ao mesmo.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

24. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2011, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2011.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A Administração,

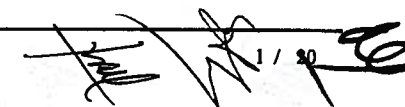
O Técnico Oficial de Contas,

Balancete Analítico (Grau<= 16)

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
1	MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	305.740,16	579.891,48	50.943.714,66	46.861.209,87	4.082.504,79	0,00
11	Caixa	814,13	961,78	8.481,19	8.462,08	19,11	0,00
111	Caixa em moeda nacional	333,24	480,89	4.250,15	4.231,04	19,11	0,00
118	Caixa documentos a classificar	480,89	480,89	4.231,04	4.231,04	0,00	0,00
12	Depósitos à ordem	304.926,03	578.929,70	37.277.027,45	36.194.541,77	1.082.485,68	0,00
121	Depósitos à ordem	16.347,81	290.351,48	29.512.010,72	28.429.525,04	1.082.485,68	0,00
129	Depósitos à ordem - Cheques que aguardam assinatura	288.578,22	288.578,22	7.765.016,73	7.765.016,73	0,00	0,00
13	Outros depósitos bancários	0,00	0,00	13.658.206,02	10.658.206,02	3.000.000,00	0,00
131	Depósitos a prazo	0,00	0,00	13.658.206,02	10.658.206,02	3.000.000,00	0,00
2	CONTAS A RECEBER E A PAGAR	5.551.077,64	5.554.730,97	37.442.597,36	28.493.765,72	9.368.908,68	420.077,04
21	Clientes	2.204.638,95	2.280.360,12	4.615.368,92	4.585.708,50	29.661,92	1,50
211	Clientes - c/corrente	2.204.638,95	2.280.360,12	4.615.368,92	4.585.708,50	29.661,92	1,50
2111	Clientes - c/corrente gerais	2.204.638,95	2.280.360,12	4.615.368,92	4.585.708,50	29.661,92	1,50
21111	Clientes - c/corrente gerais nacionais	2.204.638,95	2.280.360,12	4.615.268,92	4.585.608,50	29.661,92	1,50
21112	Clientes - c/corrente gerais cumunitários	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
22	Fornecedores	30.451,52	32.930,64	758.202,67	777.555,02	584,87	19.937,22
221	Fornecedores - c/corrente	14.160,51	16.355,98	546.406,36	566.343,58	0,00	19.937,22
2211	Fornecedores - c/corrente gerais	14.160,51	16.355,98	546.406,36	566.343,58	0,00	19.937,22
22111	Fornecedores - c/corrente gerais nacionais	14.160,51	16.355,98	546.406,36	566.343,58	0,00	19.937,22
225	Fornecedores c/ facturas em recepção e conferência	16.291,01	16.291,01	209.075,08	209.075,08	0,00	0,00
2251	Fornecedores c/ facturas em recepção e conferência gerais	16.291,01	16.291,01	209.075,08	209.075,08	0,00	0,00
22511	Fornecedores c/ facturas em recepção e conferência gerais nacionais	16.291,01	16.291,01	209.075,08	209.075,08	0,00	0,00



Balancete Analítico (Grau= 16)

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
228	Adiantamentos a fornecedores	0,00	283,65	2.721,23	2.136,36	584,87	0,00
2281	Adiantamentos a fornecedores gerais	0,00	283,65	2.721,23	2.136,36	584,87	0,00
22811	Adiantamentos a fornecedores gerais nacionais	0,00	283,65	2.721,23	2.136,36	584,87	0,00
23	Pessoal	5.365,89	5.761,89	127.729,31	129.853,31	0,00	2.124,00
231	Remunerações a pagar	5.365,89	5.761,89	127.709,68	129.833,68	0,00	2.124,00
2311	Aos órgãos sociais	1.728,00	2.124,00	21.748,00	23.872,00	0,00	2.124,00
23111	Assembleia-geral	0,00	396,00	0,00	396,00	0,00	396,00
23112	Conselho de Administração	1.728,00	1.728,00	21.748,00	23.476,00	0,00	1.728,00
2312	Ao pessoal	3.637,89	3.637,89	105.961,68	105.961,68	0,00	0,00
232	Adiantamentos	0,00	0,00	19,63	19,63	0,00	0,00
2322	Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00	19,63	19,63	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	401.456,72	397.916,63	3.587.333,61	3.451.985,00	142.150,39	6.801,78
241	IR Imposto s/ o rendimento pagamentos	40,79	630,19	159.452,25	149.183,95	10.898,49	630,19
2412	IR pagamentos - pagamento especial por conta	0,00	0,00	2.000,00	169,12	1.830,88	0,00
24121	IR pagamentos - PEC - empresa-mãe	0,00	0,00	2.000,00	169,12	1.830,88	0,00
2413	IRC estimado	0,00	630,19	708,52	1.338,71	0,00	630,19
2414	IR retenções na fonte	40,79	0,00	60.190,45	51.122,84	9.067,61	0,00
24141	IR retenções na fonte - rendimentos de capitais	40,79	0,00	60.190,45	51.122,84	9.067,61	0,00
2415	IRC apuramento	0,00	0,00	48.276,64	48.276,64	0,00	0,00
2417	IRC a recuperar	0,00	0,00	48.276,64	48.276,64	0,00	0,00
242	IR Retenção de impostos s/ o rendimentos	4.262,00	4.102,57	42.120,43	46.760,50	0,00	4.640,07
2421	IR Retenção sobre rendimentos de trabalho dependente	4.262,00	1.192,00	29.555,13	30.747,13	0,00	1.192,00

Balancete Analítico (Grau<= 16)

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
2422	IR Retenção sobre rendimentos empresariais/profissionais	0,00	2.910,57	12.565,30	16.013,37	0,00	3.448,07
24221	IR Retenção sobre rendimentos empresariais/profissionais taxa normal	0,00	2.910,57	12.565,30	16.013,37	0,00	3.448,07
243	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	391.652,35	391.652,35	3.336.980,93	3.205.729,03	131.251,90	0,00
2432	IVA - Dedutível	867,45	2.602,34	15.325,33	15.325,33	0,00	0,00
24321	IVA - Dedutível Aquisições no mercado nacional	867,45	2.602,34	15.325,33	15.325,33	0,00	0,00
243213	IVA - Dedutível outros bens e serviços	867,45	2.602,34	15.325,33	15.325,33	0,00	0,00
2432132	IVA - Dedutível outros bens e serviços taxa normal	867,45	2.602,34	15.325,33	15.325,33	0,00	0,00
2433	IVA - Liquidado	16.443,93	0,00	627.950,85	627.950,85	0,00	0,00
24331	IVA - Liquidado op. gerais	16.443,93	0,00	627.950,85	627.950,85	0,00	0,00
243311	IVA - Liquidado op. gerais transacções internas de bens e serviços	16.443,93	0,00	627.950,85	627.950,85	0,00	0,00
2433112	IVA - Liquidado op. gerais transacções internas de bens e serviços imobilizado	16.443,93	0,00	622.683,50	622.683,50	0,00	0,00
24331127	IVA - Liquidado op. gerais transacções internas de bens e serviços imobilizado conta do adquirente taxa normal	16.443,93	0,00	622.683,50	622.683,50	0,00	0,00
2433113	IVA - Liquidado op. gerais transacções internas de bens e serviços outros bens e serviços	0,00	0,00	5.267,35	5.267,35	0,00	0,00
24331132	IVA - Liquidado op. gerais transacções internas de bens e serviços outros bens e serviços taxa normal	0,00	0,00	575,00	575,00	0,00	0,00
24331137	IVA - Liquidado op. gerais transacções internas de bens e serviços outros bens e serviços conta do adquirente taxa normal	0,00	0,00	4.692,35	4.692,35	0,00	0,00
2434	IVA - Regularizações	218.844,03	297.459,95	742.330,51	674.985,49	67.345,02	0,00
24341	IVA - Regularizações mensais a favor da empresa	148.271,06	296.592,50	648.389,33	581.044,31	67.345,02	0,00
243411	IVA - Regularizações aguarda duplicado da nota de crédito	0,00	148.271,06	220.480,50	153.135,48	67.345,02	0,00
243412	IVA - Regularizações outras	148.271,06	148.321,44	427.908,83	427.908,83	0,00	0,00
24342	IVA - Regularizações mensais a favor do Estado	70.572,97	867,45	93.941,18	93.941,18	0,00	0,00
243422	IVA - Regularizações outras	70.572,97	867,45	93.941,18	93.941,18	0,00	0,00

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
2435	IVA - apuramento	91.590,06	91.590,06	960.246,11	960.246,11	0,00	0,00
24351	IVA - apuramento relativo a operações gerais	13.841,59	13.841,59	612.625,52	612.625,52	0,00	0,00
24352	IVA - apuramento relativo a regularizações	77.748,47	77.748,47	347.620,59	347.620,59	0,00	0,00
2436	IVA - A pagar	0,00	0,00	794.365,48	794.365,48	0,00	0,00
24361	IVA - A pagar resultante do apuramento normal	0,00	0,00	794.365,48	794.365,48	0,00	0,00
2437	IVA - A recuperar	63.906,88	0,00	196.762,65	132.855,77	63.906,88	0,00
245	Contribuições para a Segurança Social	5.501,58	1.531,52	48.780,00	50.311,52	0,00	1.531,52
25	Financiamentos obtidos	720,01	0,00	4.140,44	4.140,44	0,00	0,00
251	Instituições de crédito e sociedades financeiras	720,01	0,00	4.140,44	4.140,44	0,00	0,00
2512	Empréstimos bancários correntes descobertos bancários	720,01	0,00	4.140,44	4.140,44	0,00	0,00
26	Accionistas/sócios	0,00	0,00	7.650.000,00	0,00	7.650.000,00	0,00
261	Accionistas c/ subscrição	0,00	0,00	7.650.000,00	0,00	7.650.000,00	0,00
2611	Accionistas/Socios - Accionistas c/ /Subscritores de Capital	0,00	0,00	7.650.000,00	0,00	7.650.000,00	0,00
27	Outras contas a receber e a pagar	2.907.496,81	2.837.161,02	20.690.685,39	19.537.440,56	1.544.457,37	391.212,54
271	Fornecedores de investimentos	411.719,25	302.015,94	11.273.889,85	11.501.065,61	0,00	227.175,76
2711	Fornecedores de investimentos - contas gerais	260.711,28	151.007,97	6.653.005,04	6.880.180,80	0,00	227.175,76
27111	Fornecedores de investimentos - contas gerais nacionais	260.711,28	151.007,97	6.653.005,04	6.880.180,80	0,00	227.175,76
2712	Fornecedores de investimentos - facturas em recepção e conferência	151.007,97	151.007,97	4.620.884,81	4.620.884,81	0,00	0,00
27121	Fornecedores de investimentos - facturas em recepção e conferência nacional	151.007,97	151.007,97	4.620.884,81	4.620.884,81	0,00	0,00
272	Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	0,00	843,26	12.403,78	13.247,04	0,00	843,26
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00	11.447,70	11.447,70	0,00	0,00
272101	Devedores por acréscimos de rendimentos - juros a receber	0,00	0,00	11.447,70	11.447,70	0,00	0,00

Balancete Analítico (Grau<= 16)

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
2722	Credores por acréscimos de gastos	0,00	843,26	956,08	1.799,34	0,00	843,26
272203	Credores por acréscimos de gastos - gastos com o FSE	0,00	843,26	956,08	1.799,34	0,00	843,26
27220318	Credores por acréscimos de gastos - gastos com o FSE - comunicação	0,00	608,96	956,08	1.565,04	0,00	608,96
27220399	Credores por acréscimos de gastos - gastos com o FSE - outros serviços	0,00	234,30	0,00	234,30	0,00	234,30
277	Consultores	13.740,57	27.481,14	128.023,35	140.845,92	918,00	13.740,57
2771	Consultores - Conta corrente	0,00	13.740,57	61.657,39	75.397,96	0,00	13.740,57
2775	Consultores - documentos em recepção e conferência	13.740,57	13.740,57	65.447,96	65.447,96	0,00	0,00
2778	Consultores - Adiantamentos	0,00	0,00	918,00	0,00	918,00	0,00
278	Outros devedores e credores	2.482.036,99	2.506.820,68	9.276.368,41	7.882.281,99	1.543.539,37	149.452,95
2781	Outros devedores e credores correntes	0,00	0,00	48.496,28	48.421,28	75,00	0,00
27811	Outros devedores - correntes	0,00	0,00	100,64	25,64	75,00	0,00
27812	Outros credores - correntes	0,00	0,00	48.395,64	48.395,64	0,00	0,00
2782	Outros devedores e credores não correntes	720,01	720,01	237.130,17	386.583,12	0,00	149.452,95
27822	Outros credores - não correntes	720,01	720,01	237.130,17	386.583,12	0,00	149.452,95
2785	Co-Financiamentos	2.481.316,98	2.506.100,67	8.990.741,96	7.447.277,59	1.543.464,37	0,00
278502	Conservação e Valorização Patrimônio RF	0,00	0,00	62.664,76	0,00	62.664,76	0,00
27850201	Pedido Global	0,00	0,00	62.664,76	0,00	62.664,76	0,00
278504	Medidas Correctivas da Erosão RF - Requalificação	254.174,27	0,00	254.174,27	0,00	254.174,27	0,00
27850401	Pedido global	254.174,27	0,00	254.174,27	0,00	254.174,27	0,00
278505	Candidatura 2 POVT global	0,00	0,00	1.478.301,94	1.437.343,17	40.958,77	0,00
27850501	Pedido Global	0,00	0,00	1.478.301,94	1.437.343,17	40.958,77	0,00
278506	Candidatura 3 POVT	27.142,71	5.686,80	64.854,51	37.711,80	27.142,71	0,00

Balancete Analítico (Grau<= 16)

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
27850601	Pedido Global	27.142,71	5.686,80	64.854,51	37.711,80	27.142,71	0,00
278507	Candidatura 1 PORALG.	0,00	0,00	1.274.333,86	1.215.810,00	58.523,86	0,00
27850701	Pedido Global	0,00	0,00	1.274.333,86	1.215.810,00	58.523,86	0,00
278508	Candidatura 2 Proalg	0,00	0,00	39.155,37	39.155,37	0,00	0,00
27850801	Pedido Global	0,00	0,00	39.155,37	39.155,37	0,00	0,00
278510	Candidatura 1 PIT	0,00	1.400.413,87	1.970.423,85	1.970.423,85	0,00	0,00
27851001	Pedido Global	0,00	1.400.413,87	1.970.423,85	1.970.423,85	0,00	0,00
278513	IPTM - Protocolo 101/9/PT 001	2.200.000,00	1.100.000,00	3.750.000,00	2.650.000,00	1.100.000,00	0,00
27851301	Pedido Global	2.200.000,00	1.100.000,00	3.750.000,00	2.650.000,00	1.100.000,00	0,00
278514	Candidatura 3 Proalg	0,00	0,00	96.833,40	96.833,40	0,00	0,00
27851401	Pedido global	0,00	0,00	96.833,40	96.833,40	0,00	0,00
28	Diferimentos	947,74	600,67	9.137,02	7.082,89	2.054,13	0,00
281	Diferimentos gastos a reconhecer	947,74	600,67	7.667,02	5.612,89	2.054,13	0,00
28162	Diferimentos gastos a reconhecer no periodo seguinte - gastos com o FSE	947,74	600,67	7.667,02	5.612,89	2.054,13	0,00
2816201	Diferimentos gastos a reconhecer no periodo seguinte - gastos com o FSE - trabalhos especializados	0,00	0,00	1.029,33	1.029,33	0,00	0,00
2816206	Diferimentos gastos a reconhecer no periodo seguinte - gastos com o FSE - conservação e reparação	0,00	19,68	472,50	236,16	236,34	0,00
2816207	Diferimentos gastos a reconhecer no periodo seguinte - gastos com o FSE - ferramentas e utensilios de desgaste rápido	0,00	45,24	1.085,64	542,88	542,76	0,00
2816212	Diferimentos gastos a reconhecer no periodo seguinte - gastos com o FSE - combustiveis	0,00	0,00	3.260,63	2.420,45	840,18	0,00
2816219	Diferimentos gastos a reconhecer no periodo seguinte - gastos com o FSE - seguros	947,74	535,75	1.818,92	1.384,07	434,85	0,00
282	Diferimentos - rendimentos a reconhecer no periodo seguinte	0,00	0,00	1.470,00	1.470,00	0,00	0,00
2821	Diferimentos - rendimentos a reconhecer no periodo seguinte - facturação corrente	0,00	0,00	1.470,00	1.470,00	0,00	0,00
4	INVESTIMENTOS	315.196,54	452,94	18.782.060,95	388.132,53	18.407.550,98	13.622,56

Balancete Analítico (Grau<= 16)

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
43	AFT - Activos fixos tangíveis	0,00	452,93	29.459,71	13.622,56	29.459,71	13.622,56
435	AFT - Equipamento administrativo	0,00	0,00	29.459,71	0,00	29.459,71	0,00
438	AFT - Depreciações acumuladas	0,00	452,93	0,00	13.622,56	0,00	13.622,56
4385	AFT - Depreciações acumuladas - Equipamento administrativo	0,00	452,93	0,00	13.622,56	0,00	13.622,56
45	Investimentos em curso	315.196,54	0,01	18.752.601,24	374.509,97	18.378.091,27	0,00
453	Activos fixos tangíveis em curso	315.196,54	0,01	18.752.601,24	374.509,97	18.378.091,27	0,00
4531	Outros - Obras em Curso	315.196,54	0,01	18.752.601,24	374.509,97	18.378.091,27	0,00
453100	Plano estratégico	0,00	0,00	282.379,70	0,00	282.379,70	0,00
4531001	Plano estratégico - Elaboração de Estudos e Projectos	0,00	0,00	282.379,70	0,00	282.379,70	0,00
453101	Requalificação das ilhas e espaços terrestres contíguos	14.558,71	0,00	888.895,38	0,00	888.895,38	0,00
4531011	Ilha da Culatra	12.180,03	0,00	146.446,97	0,00	146.446,97	0,00
45310111	Ilha da Culatra - estudos e planos	1.476,00	0,00	40.333,65	0,00	40.333,65	0,00
45310112	Ilha da Culatra - Elaboração de Projectos	0,00	0,00	15.593,76	0,00	15.593,76	0,00
45310115	Ilha da Culatra Assessorias	10.704,03	0,00	90.519,56	0,00	90.519,56	0,00
4531012	Ilha da Armona	2.378,68	0,00	140.870,30	0,00	140.870,30	0,00
45310121	Ilha da Armona - Estudos e Planos	0,00	0,00	90.484,56	0,00	90.484,56	0,00
45310122	Ilha da Armona - Elaboração de Projectos	0,00	0,00	30.270,24	0,00	30.270,24	0,00
45310125	Ilha da Armona Assessorias	2.378,68	0,00	20.115,50	0,00	20.115,50	0,00
4531013	Quatro Aguas	0,00	0,00	167.411,37	0,00	167.411,37	0,00
45310131	Quatro Aguas - Estudos e Planos	0,00	0,00	22.124,01	0,00	22.124,01	0,00
45310132	Quatro Aguas Projectos	0,00	0,00	145.287,36	0,00	145.287,36	0,00
4531014	Ilha de Tavira	0,00	0,00	73.774,69	0,00	73.774,69	0,00

Balancete Analítico (Grau<= 16)

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
45310141	Ilha de Tavira - Estudos e Planos	0,00	0,00	73.325,62	0,00	73.325,62	0,00
45310142	Ilha de Tavira - Projectos	0,00	0,00	449,07	0,00	449,07	0,00
4531015	Ilha de Faro	0,00	0,00	360.392,05	0,00	360.392,05	0,00
45310151	Ilha de Faro - Estudos e Planos	0,00	0,00	341.104,64	0,00	341.104,64	0,00
45310152	Ilha de Faro - Projectos	0,00	0,00	19.287,41	0,00	19.287,41	0,00
453102	Renaturalização, alimentação artificial de praias, transporte de Barras, recuperação dunar e Lagunar	73.480,17	0,00	6.309.874,51	1.845,00	6.308.029,51	0,00
4531021	Renaturalização	10.704,03	0,00	2.259.835,61	0,00	2.259.835,61	0,00
45310211	Renaturalização - Estudos e Planos	0,00	0,00	326.082,90	0,00	326.082,90	0,00
45310212	Renaturalização - Empreitadas e Fornecimentos	0,00	0,00	1.595.751,81	0,00	1.595.751,81	0,00
45310213	Renaturalização - Elaboração de Projectos	0,00	0,00	218.115,21	0,00	218.115,21	0,00
45310214	Renaturalização - Fiscalização com o RF 12 01 51	0,00	0,00	26.341,13	0,00	26.341,13	0,00
45310215	Renaturalização Assessorias	10.704,03	0,00	73.782,76	0,00	73.782,76	0,00
45310216	Renaturalização outras despesas	0,00	0,00	19.761,80	0,00	19.761,80	0,00
4531022	Alimentação Artificial de Praias, transporte de barras	62.776,14	0,00	4.042.056,20	1.845,00	4.040.211,20	0,00
45310221	Alimentação Artificial de Praias, transporte de barras - Estudos e Planos	46.125,00	0,00	177.437,55	1.845,00	175.592,55	0,00
45310222	Alimentação Artificial de Praias, transporte de barras - Elaboração de Projectos	0,00	0,00	11.324,80	0,00	11.324,80	0,00
45310223	Alimentação Artificial de Praias, Transposição de barras - Empreitadas e Fornecimentos	0,00	0,00	3.702.566,53	0,00	3.702.566,53	0,00
45310224	Alimentação Artificial de Praias, Transposição de barras - Fiscalização	0,00	0,00	106.324,28	0,00	106.324,28	0,00
45310225	Alimentação artificial de praias, transposição de barras - Assessorias	16.651,14	0,00	44.403,04	0,00	44.403,04	0,00
4531023	Recuperação Dunar e Lagunar	0,00	0,00	7.982,70	0,00	7.982,70	0,00
45310231	Recuperação Dunar e Lagunar - Estudos e Planos	0,00	0,00	7.982,70	0,00	7.982,70	0,00
453103	Recuperação da rede hidrografica Adjacente ao sistema lagunar	0,00	0,00	1.943,40	0,00	1.943,40	0,00

Balancete Analítico (Grau<= 16)

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
45310301	Recuperação da rede hidrografica Adjacente ao sistema lagunar - Estudos e Planos	0,00	0,00	1.943,40	0,00	1.943,40	0,00
453104	Plano de Mobilidade e ordenamento da Circulação	0,00	0,00	778,30	0,00	778,30	0,00
45310401	Plano de Mobilidade e ordenamento da Circulação - Estudos e Planos	0,00	0,00	778,30	0,00	778,30	0,00
453105	Infraestruturas de Acostagem e areas adjacentes	5.982,74	0,00	3.891.909,05	28.797,90	3.863.111,15	0,00
45310501	Infraestruturas de Acostagem e areas adjacentes - Estudos e Planos	0,00	0,00	27.265,00	0,00	27.265,00	0,00
45310502	Infraestruturas de Acostagem e areas adjacentes - projectos	5.982,74	0,00	48.285,61	0,00	48.285,61	0,00
45310503	Infraestruturas de Acostagem e areas adjacentes - Empreitadas e Fornecimentos	0,00	0,00	3.673.618,53	17.545,00	3.656.073,53	0,00
45310504	Infraestruturas de Acostagem e areas adjacentes - Fiscalização	0,00	0,00	142.739,91	11.252,90	131.487,01	0,00
453106	Plano de Val. e Gestão Sustentavel das Actividades Economicas	0,00	0,00	262.273,06	0,00	262.273,06	0,00
45310601	Plano de Val. e Gestão Sustentavel das Actividades Economicas - Estudos e Planos	0,00	0,00	262.273,06	0,00	262.273,06	0,00
453107	Infraestruturas de Apoio ao uso Balnear	43.873,48	0,00	194.675,28	0,00	194.675,28	0,00
45310701	Infraestruturas de apoio ao uso balnear - Projectos	43.873,48	0,00	191.231,93	0,00	191.231,93	0,00
45310702	Infra-estruturas de Apoio ao uso balnear - Estudos e Planos	0,00	0,00	3.443,35	0,00	3.443,35	0,00
453108	Requalificação de Espaços Ribeirinhos - Parques Públicos e Percursos pedonais	0,00	0,00	2.669.704,01	300.018,13	2.369.685,88	0,00
4531081	Marginal de Cabanas	0,00	0,00	2.254.971,68	300.018,13	1.954.953,55	0,00
45310811	Marginal de Cabanas - Empreitadas e Fornecimentos	0,00	0,00	2.118.278,48	300.018,13	1.818.260,35	0,00
45310814	Marginal de Cabanas - Fiscalização	0,00	0,00	128.053,20	0,00	128.053,20	0,00
45310815	Marginal de Cabanas - Arqueologia	0,00	0,00	8.640,00	0,00	8.640,00	0,00
4531082	Parque Ribeirinho do Ludo	0,00	0,00	46.502,02	0,00	46.502,02	0,00
45310821	Parque Ribeirinho do Ludo - Elaboração de Projectos	0,00	0,00	46.502,02	0,00	46.502,02	0,00
4531083	Parque Ribeirinho de Faro	0,00	0,00	204.444,59	0,00	204.444,59	0,00
45310831	Parque Ribeirinho de Faro - Elaboração de Projectos	0,00	0,00	204.444,59	0,00	204.444,59	0,00

Balancete Analítico (Grau<= 16)

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
4531084	Parque Ribeirinho ponte de Olhão	0,00	0,00	81.471,17	0,00	81.471,17	0,00
45310841	Parque Ribeirinho ponte de Olhão	0,00	0,00	79.461,37	0,00	79.461,37	0,00
45310842	Parque Ribeirinho de Olhão - Estudos e Planos	0,00	0,00	2.009,80	0,00	2.009,80	0,00
4531085	Requalificação paisagística da ligação pedras D'El Rei - Santa Luzia	0,00	0,00	24.874,83	0,00	24.874,83	0,00
45310851	Requalificação paisagística da ligação pedras D'El Rei - Santa Luzia - Elaboração de Projectos	0,00	0,00	24.874,83	0,00	24.874,83	0,00
4531086	Percurso Pedonal e de Lazer Lacem - Manta Rota	0,00	0,00	24.874,84	0,00	24.874,84	0,00
45310861	Percurso Pedonal e de Lazer Lacem - Manta Rota - Elaboração de Projectos	0,00	0,00	24.874,84	0,00	24.874,84	0,00
4531087	Requalificação da Zona Nascente em Olhão	0,00	0,00	32.564,88	0,00	32.564,88	0,00
45310871	Requalificação da Zona Nascente em Olhão - Elaboração de projectos	0,00	0,00	32.564,88	0,00	32.564,88	0,00
453109	Plano de Marketing Territorial	0,00	0,00	6.845,39	0,00	6.845,39	0,00
45310901	Plano de Marketing Territorial - Estudos e Planos	0,00	0,00	6.845,39	0,00	6.845,39	0,00
453110	Plano de Comunicação de Divulgação	13.536,53	0,01	411.812,79	1.891,89	409.920,90	0,00
45311001	Plano de Comunicação e Divulgação - Estudos e Planos	3.474,75	0,00	256.951,99	134,17	256.817,82	0,00
45311005	Plano de Comunicação e Divulgação - Assessorias	10.061,78	0,01	154.860,80	1.757,72	153.103,08	0,00
453112	Instalação de Centros de Divulgação dos valores naturais e patrimoniais da ria	0,00	0,00	1.042.029,28	0,00	1.042.029,28	0,00
45311201	Centro de divulgação - Fiscalização	0,00	0,00	57.437,23	0,00	57.437,23	0,00
45311202	Centro de Divulgação - Empreitadas e Fornecimentos	0,00	0,00	978.669,60	0,00	978.669,60	0,00
45311203	Centro de Divulgação - Estudos e Planos	0,00	0,00	5.922,45	0,00	5.922,45	0,00
453198	Valores para Rateio	113.688,91	0,00	263.769,09	41.957,05	221.812,04	0,00
45319800	Valores para Rateio - 2008	0,00	0,00	57.874,18	0,00	57.874,18	0,00
45319801	Valores para Rateio - 2009	0,00	0,00	5.884,47	0,00	5.884,47	0,00
45319802	Valores para Rateio - 2010	0,00	0,00	2.407,43	0,00	2.407,43	0,00

Balancete Analítico (Grau<= 16)

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
45319803	Valores para Rateio - 2011	113.688,91	0,00	197.603,01	41.957,05	155.645,96	0,00
453199	Contrato de Mandato	50.076,00	0,00	2.525.712,00	0,00	2.525.712,00	0,00
45319901	Contrato de Mandato - Honorarios e serviços	50.076,00	0,00	2.525.712,00	0,00	2.525.712,00	0,00
5	CAPITAL, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	1.400.413,87	1.381.316,98	1.653.707,01	33.078.971,86	263,96	31.425.528,81
51	Capital	0,00	0,00	0,00	22.500.000,00	0,00	22.500.000,00
511	Capital	0,00	0,00	0,00	22.500.000,00	0,00	22.500.000,00
59	Outras variações no capital próprio	1.400.413,87	1.381.316,98	1.653.707,01	10.578.971,86	263,96	8.925.528,81
591	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	263,96	0,00	263,96	0,00
59104	Ajustamentos de transicção - Activos Intangíveis	0,00	0,00	263,96	0,00	263,96	0,00
593	Subsidios	1.400.413,87	1.381.316,98	1.653.443,05	10.578.971,86	0,00	8.925.528,81
5931	Subsidios ao investimento	1.400.413,87	1.381.316,98	1.653.443,05	10.578.971,86	0,00	8.925.528,81
593101	Plano Estrategico Ria Formosa - POA	0,00	0,00	0,00	178.200,00	0,00	178.200,00
593102	Conservação e Valorização Patrimonio Natural da Ria Formosa - POA	0,00	0,00	0,00	1.472.124,81	0,00	1.472.124,81
593103	Video Ria Formosa - POA	0,00	0,00	0,00	17.160,83	0,00	17.160,83
593104	Medidas Correct. da Erosão e Def. Costeira Ria Formosa - POVT	0,00	254.174,27	0,00	697.436,09	0,00	697.436,09
593105	Candidaturas 2 - S/D - POVT	0,00	0,00	253.029,18	1.478.301,94	0,00	1.225.272,76
593106	Candidatura 3 -S/D - POVT	0,00	27.142,71	0,00	180.001,71	0,00	180.001,71
593107	Candidatura 1 -S/D - Proalg.	0,00	0,00	0,00	1.274.333,86	0,00	1.274.333,86
593108	Candidatura 2 -S/D - Proalg.	0,00	0,00	0,00	39.155,37	0,00	39.155,37
593110	Candidatura 1 -S/D - Pit	1.400.413,87	0,00	1.400.413,87	1.970.423,85	0,00	570.009,98
593112	Financiamento Adicional - ARHA. IP.	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
593113	IPTM - Protocolo 101/9/PT001-PRF	0,00	1.100.000,00	0,00	3.150.000,00	0,00	3.150.000,00

Balancete Analítico (Grau<= 16)

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
593114	Candidatura 3 Proalg	0,00	0,00	0,00	96.833,40	0,00	96.833,40
6	GASTOS	24.266,03	33.849,98	416.820,90	180.993,10	235.827,80	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	12.068,52	0,00	167.947,97	18.361,47	149.586,50	0,00
622	Serviços especializados	9.608,72	0,00	140.602,21	18.126,54	122.475,67	0,00
6221	Serviços especializados	4.204,76	0,00	63.652,37	371,14	63.281,23	0,00
62211	Serviços especializados - Aceites como custo fiscal	4.083,13	0,00	62.193,47	371,14	61.822,33	0,00
622111	Serviços especializados - Regime de isenção	0,00	0,00	1.226,00	0,00	1.226,00	0,00
622112	Serviços especializados - Com IVA dedutível	0,00	0,00	311,70	0,00	311,70	0,00
6221123	Serviços especializados - Com IVA dedutível à taxa normal	0,00	0,00	311,70	0,00	311,70	0,00
622113	Serviços especializados - Com IVA não dedutível	4.083,13	0,00	60.655,77	371,14	60.284,63	0,00
6221133	Serviços especializados - Com IVA não dedutível à taxa normal	4.083,13	0,00	60.655,77	371,14	60.284,63	0,00
62212	Serviços especializados - sujeito a tributação autónoma - IVA não dedutível	121,63	0,00	1.458,90	0,00	1.458,90	0,00
6221213	Serviços especializados - sujeito a tributação autónoma - Com IVA taxa normal	121,63	0,00	1.458,90	0,00	1.458,90	0,00
6223	Vigilância e segurança	5.228,22	0,00	63.564,21	7.940,00	55.624,21	0,00
62231	Vigilância e segurança - Aceite como custo fiscal	5.228,22	0,00	63.564,21	7.940,00	55.624,21	0,00
622312	Vigilância e segurança - Com IVA dedutível	3.771,50	0,00	45.853,50	7.940,00	37.913,50	0,00
6223123	Vigilância e segurança - Com IVA dedutível - taxa normal	3.771,50	0,00	45.853,50	7.940,00	37.913,50	0,00
622313	Vigilância e segurança - Com IVA não dedutível	1.456,72	0,00	17.710,71	0,00	17.710,71	0,00
6223133	Vigilância e segurança - Com IVA dedutível - taxa normal	1.456,72	0,00	17.710,71	0,00	17.710,71	0,00
6224	Honorários	0,00	0,00	9.815,40	9.815,40	0,00	0,00
62241	Honorários - Aceites como custo fiscal	0,00	0,00	9.815,40	9.815,40	0,00	0,00
622413	Honorários - Com IVA não dedutível	0,00	0,00	9.815,40	9.815,40	0,00	0,00

Balancete Analítico (Grau<= 16)

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
6224133	Honorários - Com IVA não dedutível - taxa normal	0,00	0,00	9.815,40	9.815,40	0,00	0,00
6226	Conservação e reparação	175,74	0,00	3.570,23	0,00	3.570,23	0,00
62261	Conservação e reparação - Aceite como custo fiscal	175,74	0,00	3.534,23	0,00	3.534,23	0,00
622613	Conservação e reparação - Com IVA não dedutível	175,74	0,00	3.534,23	0,00	3.534,23	0,00
6226133	Conservação e reparação - Com IVA não dedutível - Taxa normal	175,74	0,00	3.534,23	0,00	3.534,23	0,00
62262	Conservação e reparação - Sujeita a tributação autónoma	0,00	0,00	36,00	0,00	36,00	0,00
622622	Conservação e reparação - Sujeita a tributação autónoma - Com IVA não dedutível	0,00	0,00	36,00	0,00	36,00	0,00
6226223	Conservação e reparação - Sujeita a tributação autónoma - Com IVA não dedutível - Taxa normal	0,00	0,00	36,00	0,00	36,00	0,00
623	Materiais	363,16	0,00	4.477,42	0,00	4.477,42	0,00
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	45,24	0,00	634,76	0,00	634,76	0,00
62311	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido - Aceites como custo fiscal	45,24	0,00	634,76	0,00	634,76	0,00
623113	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido - Com IVA não dedutível	45,24	0,00	634,76	0,00	634,76	0,00
6231133	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido - Com IVA não dedutível - taxa normal	45,24	0,00	634,76	0,00	634,76	0,00
6233	Material de escritório	83,62	0,00	2.510,26	0,00	2.510,26	0,00
62331	Material de escritório - Aceite como custo fiscal	83,62	0,00	2.510,26	0,00	2.510,26	0,00
623313	Material de escritório - Aceite como custo fiscal - Com IVA não dedutível	83,62	0,00	2.510,26	0,00	2.510,26	0,00
6233133	Material de escritório - Aceite como custo fiscal - Com IVA não dedutível - Taxa normal	83,62	0,00	2.510,26	0,00	2.510,26	0,00
6238	Outros	234,30	0,00	1.332,40	0,00	1.332,40	0,00
62381	Outros - Aceites como custo fiscal	234,30	0,00	1.332,40	0,00	1.332,40	0,00
623813	Outros - Aceites como custo fiscal - IVA não dedutível	234,30	0,00	1.332,40	0,00	1.332,40	0,00
6238131	Outros - Aceites como custo fiscal - IVA não dedutível - Taxa reduzida	234,30	0,00	1.332,40	0,00	1.332,40	0,00
624	Energia e fluidos	70,03	0,00	3.153,31	0,00	3.153,31	0,00

Balancete Analítico (Grau<= 16)

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
6242	Combustíveis	70,03	0,00	3.153,31	0,00	3.153,31	0,00
62421	Combustíveis - Sujeitos a tributação Autônoma	70,03	0,00	732,86	0,00	732,86	0,00
624212	Combustíveis - Sujeitos a tributação Autônoma - GPL/Gasóleo	70,03	0,00	732,86	0,00	732,86	0,00
6242121	Combustíveis - Sujeitos a tributação Autônoma - GPL/Gasóleo - IVA não dedutível (100%)	70,03	0,00	732,86	0,00	732,86	0,00
62422	Combustíveis - Não sujeitos a tributação Autônoma	0,00	0,00	2.420,45	0,00	2.420,45	0,00
624221	Combustíveis - Não sujeitos a tributação Autônoma - Gasolina	0,00	0,00	2.420,45	0,00	2.420,45	0,00
6242211	Combustíveis - Não sujeitos a tributação Autônoma - Gasolina - IVA não dedutível	0,00	0,00	2.420,45	0,00	2.420,45	0,00
625	Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00	66,75	0,00	66,75	0,00
6251	Deslocações e estadas	0,00	0,00	41,75	0,00	41,75	0,00
62512	Deslocações e estadas - Pessoal	0,00	0,00	41,75	0,00	41,75	0,00
625123	Deslocações e estadas - Pessoal - Com IVA não dedutível	0,00	0,00	41,75	0,00	41,75	0,00
6251235	Deslocações e estadas - Pessoal - Portagens Estacionamento e análogos	0,00	0,00	41,75	0,00	41,75	0,00
62512351	Portagens Estacionamento e análogos - Viaturas sujeitas a tributação autónoma	0,00	0,00	41,75	0,00	41,75	0,00
625123512	Portagens Estacionamento e análogos - Viaturas sujeitas a tributação autónoma - IVA não dedutível	0,00	0,00	41,75	0,00	41,75	0,00
6251235121	Portagens Estacionamento e análogos - Viaturas sujeitas a tributação autónoma - IVA não dedutível - Taxa reduzida	0,00	0,00	2,40	0,00	2,40	0,00
6251235123	Portagens Estacionamento e análogos - Viaturas sujeitas a tributação autónoma - IVA não dedutível - Taxa normal	0,00	0,00	39,35	0,00	39,35	0,00
6252	Transportes de pessoal	0,00	0,00	25,00	0,00	25,00	0,00
62521	Transporte de Pessoal - Com IVA não dedutível	0,00	0,00	25,00	0,00	25,00	0,00
625211	Transporte de Pessoal - Com IVA não dedutível - tx reduzida	0,00	0,00	25,00	0,00	25,00	0,00
626	Serviços diversos	2.026,61	0,00	19.648,28	234,93	19.413,35	0,00
6261	Rendas e alugueres	334,83	0,00	4.126,68	0,00	4.126,68	0,00

Balancete Analítico (Grau<= 16)

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
62611	Rendas e alugueres - Veiculos sujeitos a tributação autónoma	261,85	0,00	3.142,28	0,00	3.142,28	0,00
626113	Rendas e alugueres - Veiculos sujeitos a tributação autónoma - Com IVA não dedutível	261,85	0,00	3.142,28	0,00	3.142,28	0,00
6261133	Rendas e alugueres - Veiculos sujeitos a tributação autónoma - Com IVA não dedutível - Taxa normal	261,85	0,00	3.142,28	0,00	3.142,28	0,00
62614	Aluguer de equipamentos	72,98	0,00	984,40	0,00	984,40	0,00
626143	Aluguer de equipamentos - Com IVA não dedutível	72,98	0,00	984,40	0,00	984,40	0,00
6261433	Aluguer de equipamentos - Com IVA não dedutível - Taxa normal	72,98	0,00	984,40	0,00	984,40	0,00
6262	Comunicação	1.482,90	0,00	12.200,86	234,93	11.965,93	0,00
62621	Comunicação - Aceites como custo fiscal	1.482,90	0,00	12.200,86	234,93	11.965,93	0,00
626211	Comunicação - Aceites como custo fiscal - regime de isenção (n.º 30 do Art.º 9º do CIVA)	284,29	0,00	2.147,82	0,00	2.147,82	0,00
626212	Comunicação - Aceites como custo fiscal - Com IVA dedutível	0,00	0,00	65,25	0,00	65,25	0,00
6262123	Comunicação - Aceites como custo fiscal - Com IVA dedutível - Taxa normal	0,00	0,00	65,25	0,00	65,25	0,00
626213	Comunicação - Aceites como custo fiscal - Com IVA não dedutível	1.198,61	0,00	9.987,79	234,93	9.752,86	0,00
6262133	Comunicação - Aceites como custo fiscal - Com IVA não dedutível - Txa normal	1.198,61	0,00	9.987,79	234,93	9.752,86	0,00
6263	Seguros	57,14	0,00	920,86	0,00	920,86	0,00
62631	Seguros - Aceites como custo fiscal	57,14	0,00	920,86	0,00	920,86	0,00
626311	Seguros - Ramo automóvel	57,14	0,00	685,68	0,00	685,68	0,00
6263111	Seguros - Ramo automóvel - Viaturas sujeitas a tributação autónoma	57,14	0,00	685,68	0,00	685,68	0,00
626314	Seguros - Ramo responsabilidade civil	0,00	0,00	204,76	0,00	204,76	0,00
626316	Seguros - Ramo equipamento electrónico	0,00	0,00	30,42	0,00	30,42	0,00
6265	Contencioso e notariado	0,00	0,00	255,00	0,00	255,00	0,00
62651	Contencioso e notariado - Aceite como custo fiscal	0,00	0,00	255,00	0,00	255,00	0,00
626511	Contencioso e notariado - Aceite como custo fiscal - Regime de isenção (notários, tribunais e conservatórias)	0,00	0,00	255,00	0,00	255,00	0,00

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
6266	Despesas de representação	0,00	0,00	58,00	0,00	58,00	0,00
62661	Despesas de representação - Sujeitas a tributação autónoma	0,00	0,00	58,00	0,00	58,00	0,00
626613	Despesas de representação - Sujeitas a tributação autónoma - Com IVA não dedutível	0,00	0,00	58,00	0,00	58,00	0,00
6266132	Despesas de representação - Sujeitas a tributação autónoma - Com IVA não dedutível - Taxa intermédia	0,00	0,00	58,00	0,00	58,00	0,00
6267	Limpeza, higiene e conforto	151,74	0,00	2.026,88	0,00	2.026,88	0,00
62671	Limpeza, higiene e conforto - Aceite como custo fiscal	151,74	0,00	2.026,88	0,00	2.026,88	0,00
626712	Limpeza, higiene e conforto - Aceite como custo fiscal - Com IVA não dedutível	151,74	0,00	2.026,88	0,00	2.026,88	0,00
6267121	Limpeza, higiene e conforto - Aceite como custo fiscal - Com IVA não dedutível - Taxa reduzida	54,26	0,00	638,74	0,00	638,74	0,00
6267122	Limpeza, higiene e conforto - Aceite como custo fiscal - Com IVA não dedutível - Taxa intermédia	0,00	0,00	9,82	0,00	9,82	0,00
6267123	Limpeza, higiene e conforto - Aceite como custo fiscal - Com IVA não dedutível - Taxa normal	97,48	0,00	1.378,32	0,00	1.378,32	0,00
6268	Outros serviços	0,00	0,00	60,00	0,00	60,00	0,00
626809	Outros serviços - Outros	0,00	0,00	60,00	0,00	60,00	0,00
62680901	Outros serviços - Outros - Aceites como custo fiscal	0,00	0,00	60,00	0,00	60,00	0,00
626809013	Outros serviços - Outros - Aceites como custo fiscal - Com IVA não dedutível	0,00	0,00	60,00	0,00	60,00	0,00
6268090132	Outros serviços - Outros - Aceites como custo fiscal - Com IVA não dedutível - tx Intermédia	0,00	0,00	60,00	0,00	60,00	0,00
63	Gastos com o pessoal	11.732,26	33.849,98	217.446,48	144.619,99	72.826,49	0,00
631	Remunerações dos órgãos sociais	5.699,25	0,00	38.817,00	0,00	38.817,00	0,00
6311	Remunerações dos órgãos sociais - Administração	2.160,00	0,00	26.145,00	0,00	26.145,00	0,00
631110	Remunerações dos órgãos sociais - Administração - Senhas de presença	2.160,00	0,00	26.145,00	0,00	26.145,00	0,00
6312	Remunerações dos órgãos sociais - Assembleia-geral	495,00	0,00	495,00	0,00	495,00	0,00
63121	Remunerações dos órgãos sociais - Assembleia-geral - Senhas de presença	495,00	0,00	495,00	0,00	495,00	0,00

Balancete Analítico (Grau<= 16)

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
6313	Remunerações dos órgãos sociais - Órgãos de fiscalização	3.044,25	0,00	12.177,00	0,00	12.177,00	0,00
63131	Remunerações dos órgãos sociais - Órgãos de fiscalização - Revisor Oficial de Contas	3.044,25	0,00	12.177,00	0,00	12.177,00	0,00
631312	Remunerações dos órgãos sociais - Órgãos de fiscalização - Revisor Oficial de Contas - Com IVA não dedutível	3.044,25	0,00	12.177,00	0,00	12.177,00	0,00
6313123	Remunerações dos órgãos sociais - Órgãos de fiscalização - Revisor Oficial de Contas - Com IVA não dedutível - Taxa normal	3.044,25	0,00	12.177,00	0,00	12.177,00	0,00
632	Remunerações do pessoal	4.783,68	21.850,18	138.585,63	112.110,21	26.475,42	0,00
63201	Remunerações do pessoal - Vencimento base	3.802,77	10.629,44	89.630,02	74.205,50	15.424,52	0,00
63203	Remunerações do pessoal - Isenção de horário de trabalho	257,08	468,61	11.317,33	7.975,29	3.342,04	0,00
63204	Remunerações do pessoal - Subsídios	376,43	10.393,15	27.124,06	23.584,00	3.540,06	0,00
6320401	Remunerações do pessoal - Subsídios - Subsídio de férias	0,00	4.689,76	13.781,67	12.496,26	1.285,41	0,00
6320402	Remunerações do pessoal - Subsídios - Subsídio de Natal	0,00	4.895,70	7.612,99	6.327,59	1.285,40	0,00
6320403	Remunerações do pessoal - Subsídios - Subsídio de alimentação	239,12	670,38	5.042,85	4.073,60	969,25	0,00
6320409	Remunerações do pessoal - Subsídios - Outros subsídios	137,31	137,31	686,55	686,55	0,00	0,00
63205	Remunerações do pessoal - Ajudas de custo	347,40	358,98	10.514,22	6.345,42	4.168,80	0,00
634	Indemnizações	0,01	7.000,73	7.000,73	7.000,73	0,00	0,00
635	Encargos sobre remunerações	1.046,73	4.997,61	31.500,35	25.442,62	6.057,73	0,00
6351	Encargos sobre remunerações - Taxa social única	1.046,73	4.997,61	31.500,35	25.442,62	6.057,73	0,00
63511	Encargos sobre remunerações - Taxa social única - Órgãos sociais	0,00	0,00	475,02	475,02	0,00	0,00
63512	Encargos sobre remunerações - Taxa social única - Pessoal	1.046,73	4.997,61	31.025,33	24.967,60	6.057,73	0,00
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2,59	1,46	949,75	66,43	883,32	0,00
638	Outros gastos com o pessoal	200,00	0,00	593,02	0,00	593,02	0,00
63803	Outros gastos com o pessoal - Encontros de confraternização	200,00	0,00	200,00	0,00	200,00	0,00
638033	Outros gastos com o pessoal - Encontros de confraternização - Com IVA não dedutível	200,00	0,00	200,00	0,00	200,00	0,00

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
6380332	Outros gastos com o pessoal - Encontros de confraternização - Com IVA não dedutível - Taxa intermédia	200,00	0,00	200,00	0,00	200,00	0,00
63809	Outros gastos com o pessoal - Medicina no trabalho	0,00	0,00	393,02	0,00	393,02	0,00
638091	Outros gastos com o pessoal - Medicina no trabalho - Regime de isenção	0,00	0,00	270,00	0,00	270,00	0,00
638093	Outros gastos com o pessoal - Medicina no trabalho - Com IVA não dedutível	0,00	0,00	123,02	0,00	123,02	0,00
6380933	Outros gastos com o pessoal - Medicina no trabalho - Com IVA não dedutível - Taxa normal	0,00	0,00	123,02	0,00	123,02	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	452,93	0,00	5.434,06	0,00	5.434,06	0,00
642	Gastos de depreciação e de amortização - Activos fixos tangíveis	452,93	0,00	5.434,06	0,00	5.434,06	0,00
6424	Gastos de depreciação e de amortização - AFT - Equipamento administrativo	452,93	0,00	5.434,06	0,00	5.434,06	0,00
68	Outros gastos e perdas	12,32	0,00	25.750,53	18.011,64	7.738,89	0,00
681	Outros gastos e perdas - Impostos	12,32	0,00	4.936,51	0,00	4.936,51	0,00
6811	Outros gastos e perdas - Impostos - Impostos directos	12,32	0,00	173,06	0,00	173,06	0,00
68112	Outros gastos e perdas - Impostos - Impostos directos - IVA	0,00	0,00	17,25	0,00	17,25	0,00
68113	Outros gastos e perdas - Impostos - Impostos directos - imposto do selo	12,32	0,00	155,81	0,00	155,81	0,00
6811301	Outros gastos e perdas - Impostos - Impostos directos - imposto do selo - Utilização do crédito e juros	0,00	0,00	9,35	0,00	9,35	0,00
68113011	Outros gastos e perdas - Impostos - Impostos directos - imposto do selo - Utilização de crédito	0,00	0,00	0,30	0,00	0,30	0,00
681130114	Crédito utilizado sob a forma de conta corrente, descoberto bancário... (verba 17.1.4 - 0,04%)	0,00	0,00	0,30	0,00	0,30	0,00
68113012	Outros gastos e perdas - Impostos - Impostos directos - imposto do selo - Juros	0,00	0,00	9,05	0,00	9,05	0,00
681130124	Outras comissões e contraprestações por serviços financeiros (verba 17.2.4 - 4,00%)	0,00	0,00	9,05	0,00	9,05	0,00
6811303	Outros gastos e perdas - Impostos - Impostos directos - imposto do selo - imposto municipal sobre veículos	12,32	0,00	146,46	0,00	146,46	0,00
681130301	Outros gastos e perdas - Impostos - Impostos directos - imposto do selo - IMV - Sujeito a tributação autónoma	12,32	0,00	146,46	0,00	146,46	0,00

Balancete Analítico (Grau<= 16)

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
6813	Outros gastos e perdas - Taxas	0,00	0,00	4.763,45	0,00	4.763,45	0,00
688	Outros gastos e perdas - Outros	0,00	0,00	20.814,02	18.011,64	2.802,38	0,00
6881	Outros gastos e perdas - Outros - Correções relativas a períodos anteriores	0,00	0,00	243,38	0,00	243,38	0,00
68816	Outros gastos e perdas - Outros - Correções relativas a períodos anteriores - Acréscimos de gastos	0,00	0,00	243,38	0,00	243,38	0,00
688162	Outros gastos e perdas - Outros - Correções relativas a períodos anteriores - Acréscimos de gastos - Fornecimentos e serviços externos	0,00	0,00	243,38	0,00	243,38	0,00
6885	Outros gastos e perdas - Outros - Insuficiência da estimativa para impostos	0,00	0,00	169,12	0,00	169,12	0,00
6888	Outros gastos e perdas - Outros - Outros não especificados	0,00	0,00	20.401,52	18.011,64	2.389,88	0,00
688801	Custos a repassar a terceiros	0,00	0,00	20.401,52	18.011,64	2.389,88	0,00
6888011	Com IVA dedutível a taxa normal	0,00	0,00	20.401,52	18.011,64	2.389,88	0,00
69	Gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00	241,86	0,00	241,86	0,00
691	Juros suportados	0,00	0,00	7,50	0,00	7,50	0,00
6911	Juros suportados - Juros de financiamentos obtidos	0,00	0,00	7,50	0,00	7,50	0,00
69111	Juros suportados - Juros de financiamentos obtidos - Empréstimo bancários	0,00	0,00	7,50	0,00	7,50	0,00
691111	Juros suportados - Juros de financiamentos obtidos - Empréstimo bancários - Correntes	0,00	0,00	7,50	0,00	7,50	0,00
693	Gastos e perdas de financiamento - Serviços bancários	0,00	0,00	234,36	0,00	234,36	0,00
7	RENDIMENTOS	1.170.568,07	1.217.650,15	1.269.382,70	1.505.840,69	0,00	236.457,99
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	113.688,91	41.957,05	197.603,01	0,00	155.645,96
745	Trabalhos para a própria entidade - Investimentos em curso	0,00	113.688,91	41.957,05	197.603,01	0,00	155.645,96
78	Outros rendimentos e ganhos	1.170.568,07	1.103.771,50	1.217.482,93	1.267.567,63	0,00	50.084,70
781	Outros rendimentos e ganhos - Rendimentos suplementares	0,00	3.771,50	8.190,00	48.482,12	0,00	40.292,12
7816	Outros rendimentos e ganhos - Rendimentos suplementares - Outros rendimentos suplementares	0,00	3.771,50	8.190,00	48.482,12	0,00	40.292,12

Balancete Analítico (Grau<= 15)

POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Dezembro de 2011

Conta	Designação	Débito Mês	Crédito Mês	Débito Ano	Crédito Ano	Saldo Db.	Saldo Cr.
78161	Outros rendimentos e ganhos - Rendimentos suplementares - Outros rendimentos suplementares - Venda de Cadernos de Encargos	0,00	0,00	250,00	2.600,00	0,00	2.350,00
78162	Outros rendimentos e ganhos - Rendimentos suplementares - Outros rendimentos suplementares - outros	0,00	3.771,50	7.940,00	45.882,12	0,00	37.942,12
788	Outros rendimentos e ganhos - Outros	1.170.568,07	1.100.000,00	1.209.292,93	1.219.085,51	0,00	9.792,58
7887	Outros rendimentos e ganhos - Outros - Benefícios de penalidades contratuais	70.568,07	0,00	70.568,07	70.568,07	0,00	0,00
7888	Outros rendimentos e ganhos - Outros - Outros não especificados	1.100.000,00	1.100.000,00	1.138.724,86	1.148.517,44	0,00	9.792,58
78881	Outros rendimentos e ganhos - Outros - Outros não especificados - Repassagem de Custos a 3º	1.100.000,00	1.100.000,00	1.138.724,86	1.148.517,44	0,00	9.792,58
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	189,74	9.942,72	40.670,05	0,00	30.727,33
791	Juros, dividendos e outros rendimentos similares - Juros obtidos	0,00	189,74	9.942,72	40.670,05	0,00	30.727,33
7911	Juros, dividendos e outros rendimentos similares - De depósitos	0,00	189,74	9.942,72	40.670,05	0,00	30.727,33
8	RESULTADOS	630,19	0,00	630,19	0,00	630,19	0,00
81	Resultado líquido do período	630,19	0,00	630,19	0,00	630,19	0,00
812	Resultado líquido do período - Imposto sobre o rendimento do período	630,19	0,00	630,19	0,00	630,19	0,00
8121	Resultado líquido do período - Imposto sobre o rendimento do período - Imposto estimado para o período	630,19	0,00	630,19	0,00	630,19	0,00
Total do Bala		8.767.892,50	8.767.892,50	110.508.913,77	110.508.913,77	32.095.686,40	32.095.686,40

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

508 683 424

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

01-01-2011 A 31-12-2011

MAPA DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS



ACTIVOS INTANGÍVEIS



PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO



MÉTODO UTILIZADO:

QUOTAS CONSTANTES



QUOTAS DECRESCENTES



OUTRO



MODELO

32

Código de acordo com a tabela anexa ao DR nº 25/2009	Descrição dos elementos do activo	Data		Activos			Depreciações / amortizações e perdas por Imparidade contabilizadas no período	Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Gastos fiscais				Taxas perdas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas por Imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas por Imparidade recuperadas no período
		Início da utilização		Valor contabilístico registado	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Número de anos de anos de utilização esperada			Depreciações e amortizações			Perdas por Imparidade aceites no período (art.38º CIRC)			
		Mês	Ano						Taxa %	Taxa corrigida %	Limite fiscal do período				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=[(10)x(6) ou [(6)-(9)]x11	(13)	(14)	(15)=[(8)-{(12)+(13)}]	(16)
	Bens Adquiridos Novos														
	GRUPO 3 - MÁQUINAS, APARELHOS E FERRAMENTAS														
2240	Computadores	01	09	138.70	138.70	4	46.30	92.40	33.33%		46.30	0.00		0.00	0.00
2240	Computadores	10	09	49.00	49.00	4	16.32	20.40	33.33%		16.32	0.00		0.00	0.00
	GRUPO 5 - ELEMENTOS DIVERSOS														
2430	Mobiliário	05	09	19,320.05	19,320.05	8	2,415.12	4,025.20	12.50%		2,415.12	0.00		0.00	0.00
2430	Mobiliário	06	09	1,065.98	1,065.98	8	133.20	210.90	12.50%		133.20	0.00		0.00	0.00
2430	Mobiliário	02	10	666.41	666.41	8	83.28	76.34	12.50%		83.28	0.00		0.00	0.00
2440	Programas de Computadores	07	09	6,833.57	6,833.57	3	2,277.84	3,416.76	33.33%		2,277.84	0.00		0.00	0.00
2440	Programas de Computadores	04	10	1,386.00	1,386.00	3	462.00	346.50	33.33%		462.00	0.00		0.00	0.00
TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR					29,459.71	29,497.71	5,434.06	8,188.50			5,434.06	0.00		0.00	0.00



III.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de Balanço de 24.195.340 Euros e um total de Capital Próprio de 23.775.265 Euros, incluindo um Resultado Líquido nulo (zero Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas e por Funções, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos que constituem o referencial contabilístico (conforme descrito nas notas 2 e 3 do Anexo) e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações Financeiras, não nos competindo pronunciar sobre a adequação do referencial contabilístico adoptado face ao objecto da entidade e à especificidade das suas operações.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;

- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras.





5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as Demonstrações Financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA**, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com o referencial descrito nas notas 2 e 3 do Anexo.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante no Relatório de Gestão é concordante com as Demonstrações Financeiras do exercício.

Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9.1. A **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA** foi constituída em Junho de 2008, com um capital subscrito de 22.500.000 Euros encontrando-se realizados apenas 14.850.000 Euros. Também as despesas realizadas representam cerca de 22% do montante previsto para a intervenção global. Está prevista a dissolução da Sociedade em 31 de Dezembro de 2012.

9.2. Considerando a natureza não lucrativa da **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA**, a sua actividade específica, e de não existir no normativo nacional nem nas disposições subsidiárias do IASB, um referencial específico a este tipo de sociedades, foi deliberado pelo Conselho de Administração e aprovado em Assembleia Geral de Accionistas, que a contabilização das operações realizadas conduzirá à imobilização dos investimentos, ao diferimento dos subsídios associados a esses investimentos, e a um resultado líquido nulo por diferimento dos saldos das contas de proveitos e de custos.





DFK & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Rua Ferreira Lapa, n.º 16 - B
1150-158 Lisboa, Portugal
Tel: 351 21 324 34 90 Fax: 351 21 342 01 48
e-mail: dfk.lisboa@dfk.com.pt

Rua Dr. Manuel de Arriaga, n.º 23 - A
8000-334 Faro (Algarve), Portugal
Tel: 351 289 805 544 Fax: 351 289 801 330
e-mail: dfk.faro@dfk.com.pt

www.dfk.pt

9.3. Conforme melhor descrito na nota 23 do Anexo foi interposto no início do ano de 2012 contra a **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA**, um processo judicial no qual se requer o pagamento de uma indemnização no montante de 5.466.000 euros, o qual segundo a Administração não tem qualquer fundamento.

Faro, 13 de Março de 2012

Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024),
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda.

IV.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2011, a actividade da **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa-Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA**, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

No âmbito do trabalho efectuado, tanto quanto é do nosso conhecimento, não foram detectadas situações de incumprimento das orientações legais em vigor para o sector empresarial do Estado, em especial as relativas a reduções remuneratórias previstas na Lei nº55-A/2010.

O Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa da Empresa. Entendemos referir que o capital deveria ser realizado nos termos previstos aquando da constituição da sociedade.

Assim, somos de parecer:

Primeiro - Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, e o Anexo apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Segundo - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Faro, 13 de Março de 2012

O FISCAL ÚNICO


Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024),
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda.



RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Exmos. Accionistas e Conselho de Administração da
**Sociedade Polis Litoral Ria Formosa–Sociedade para a Requalificação e
Valorização da Ria Formosa, SA**

INTRODUÇÃO

1. No contexto das nossas funções de Revisores Oficiais de Contas da **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa–Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA**, designada no presente relatório pela forma abreviada de Polis Litoral Ria Formosa ou simplesmente por Empresa, procedemos nesta fase, à revisão geral da informação contabilística e financeira do período de 12 meses findo em 31 de Dezembro de 2011.
2. No âmbito da estratégia e planeamento definidos para a Revisão Legal de Contas do exercício de 2011, procedemos ao trabalho intercalar e à preparação dos pedidos de confirmação de saldos e outras informações (circularização).
3. O trabalho foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, enquadrando-se na estratégia e planeamento definidos para a Revisão Legal das Contas do exercício de 2011.

ÂMBITO DOS TRABALHOS

4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:
 - 4.1. Reuniões com a Administração e outros responsáveis e leitura das actas respectivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
 - 4.2. Apreciação da consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no Anexo.
 - 4.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - 4.4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria.





DFK & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Rua Ferreira Lapa, n.º 16 - B
1150-158 Lisboa, Portugal
Tel: 351 21 324 34 90 Fax: 351 21 342 01 48
e-mail: dfk.lisboa@dfk.com.pt

Rua Dr. Manuel de Arriaga, n.º 23 - A
8000-334 Faro (Algarve), Portugal
Tel: 351 289 805 544 Fax: 351 289 801 330
e-mail: dfk.faro@dfk.com.pt

www.dfk.pt

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5. No âmbito do trabalho desenvolvido, identificámos a seguinte situação para a qual chamamos a Vossa atenção:
- 5.1. Foi prevista a realização do capital da sociedade no montante total de 22.500.000 euros em várias tranches, verificando-se um atraso significativo na realização de parte dessas entradas, pelo que estão ainda por realizar 7.650.000 euros.
- 5.2. Considerando a actividade específica da Sociedade, e de não existir no normativo contabilístico um referencial específico para este tipo de sociedades, foi considerada adequada a capitalização nos investimentos realizados, dos gastos com pessoal directamente afectos á execução e desenvolvimento dos projectos, conforme descrito na nota 18 do Anexo.

NOTA FINAL

Ao finalizarmos esta fase do nosso trabalho não queremos deixar de agradecer a cooperação e os esclarecimentos prontamente prestados pelos colaboradores das Entidades com quem contactámos no decorrer do nosso trabalho.

Encontramo-nos ao vosso dispor para o eventual esclarecimento de qualquer dos assuntos mencionados no presente relatório.

Com os nossos melhores cumprimentos

De V. Exas.
Atentamente,

Faro, 13 de Março de 2012

Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024),
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda.

Relatório Anual de Avaliação do Desempenho Individual dos Gestores Executivos

Exercício de 2011

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, abreviadamente designada por Polis Litoral Ria Formosa, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de Junho, com capitais exclusivamente públicos. A sociedade constitui-se a com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé.

Na sequência da constituição da Sociedade, foi elaborado o Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, tendo por base o Quadro Estratégico da Operação elaborado pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em articulação com os Municípios territorialmente abrangidos e com o apoio técnico da empresa Parque EXPO 98, SA.

A Sociedade iniciou, para efeitos fiscais a sua actividade em 14 de Agosto de 2008, tendo ocorrido em 7 de Julho de 2008, a 1ª Assembleia Geral. Nesta sessão, foram eleitos pelos Accionistas, os Órgãos Sociais — Presidente e Secretário da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Fiscal Único para o triénio 2008/2010.

Por despacho conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, o accionista Estado, presente na acima referida Assembleia Geral, aprovou, nos termos estatutários, a nomeação do Conselho de Administração, por período de três anos, sendo o respectivo mandato renovável por iguais períodos. Actualmente e na sequência das alterações introduzidas no decurso da reunião da Assembleia Geral, de 3 de Dezembro de 2010, a composição do Conselho de Administração é a seguinte:

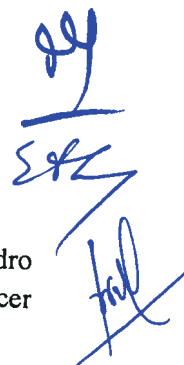
Presidente: Maria Valentina Filipe Coelho Calixto

Vogal (1): João Manuel da Silva Alves

Vogal (2): Jorge Manuel do Nascimento Botelho

No âmbito das nossas funções acompanhámos, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, a gestão e actividade da empresa, através de reuniões, da consulta de actas, da análise de diversa documentação e de um conjunto de acções com vista à verificação da sua situação financeira e patrimonial. Procedemos igualmente à revisão da contabilidade e documentação de suporte, por amostragem, com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias, tendo-se recebido as informações e esclarecimentos que solicitámos. Na qualidade de Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas elaborámos o Relatório e Parecer, bem como a Certificação Legal das Contas, cujos conteúdos se dão aqui por integralmente reproduzidos.





Quanto à atividade desenvolvida, a expressão da mesma foi conseguida dentro do quadro económico em que o ano de 2011 esteve sujeito, tendo emitido, em 22 de março de 2011 parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2011.

Quanto aos Documentos de Prestação de Contas de 2011 apresentados pelo Conselho de Administração, encontram-se os mesmos elaborados de acordo com os registos contabilísticos e respetivas disposições legais aplicáveis, e permitem efetuar com adequada razoabilidade a apreciação da situação económico-financeira da empresa.

O Relatório de Gestão apresentado afigura-se conforme as contas do exercício e refere, em termos gerais os aspetos mais significativos da atividade desenvolvida, destacando a evolução verificada na generalidade das áreas de atuação.

O Relatório de Gestão refere-se também à atuação do Conselho de Administração quanto aos “Princípios de Bom Governo”, à “Gestão do Risco Financeiro e à Redução do Prazo de Pagamento”, à “Prevenção da Corrupção”, bem como ao cumprimento das “Orientações Específicas e Objetivos de Gestão”.

Constata-se que, em termos gerais, o Órgão de Gestão deu cumprimento às recomendações relativas aos “Princípios de Bom Governo” (RCM n.º 49/2007, de 28/03), relatando as práticas do governo societário. Ao nível da prossecução dos objetivos estratégicos, gerais e específicos, foi feita referência aos aspetos legalmente solicitados e pertinentes em termos de gestão.

Foi dada a devida importância à atividade estratégica para a Gestão do Risco, salvaguardando-se os princípios da transparência, do interesse público e da adequada administração.

A RCM n. 34/2008, de 22 de Fevereiro, definiu metas relativas ao prazo médio de pagamentos, tendo a empresa desenvolvido esforços no sentido de dar cumprimento aquelas orientações.

Em termos funcionais, tendo em conta os cargos, competências e habilitações específicas de cada membro do Conselho de Administração, afigura-se ser positiva a atuação individual e coletiva dos membros daquele Órgão.

Em termos de gestão, constata-se que tem sido desenvolvida de forma global e homogénea, tendo em vista o contexto global da atividade da empresa, a sua missão, visão, valores e objetivos.

Neste quadro de atuação, tendo por referência as análises e verificações efetuadas, as reuniões com os membros do Conselho de Administração, a leitura das atas das respetivas reuniões, constata-se a atuação coletiva e homogénea do mesmo, no âmbito das suas competências legais e estatutárias, pelo que a avaliação individual de cada membro é subsumível na avaliação global de atuação do Órgão de Gestão.



**DFK & Associados**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Rua Ferreira Lapa, n.º 16 - B
1150-158 Lisboa, Portugal
Tel: 351 21 324 34 90 Fax: 351 21 342 01 48
e-mail: dfk.lisboa@dfk.com.pt

Rua Dr. Manuel de Arriaga, n.º 23 - A
8000-334 Faro (Algarve), Portugal
Tel: 351 289 805 544 Fax: 351 289 801 330
e-mail: dfk.faro@dfk.com.pt

www.dfk.pt

Nestes termos, e não tendo tomado conhecimento de violação da lei e dos estatutos, afigura-se legítimo concluir que o Conselho de Administração (e cada um dos seus membros) procurou desempenhar as suas funções legais e estatutárias orientadas pelos interesses da empresa, com objetivos definidos com a Tutela através do ano plurianual, corrigido anualmente face aos desvios da concretização das ações que constituem a intervenção, tendo o Conselho de Administração efetuado um esforço de reporte de toda a informação pertinente de forma tempestiva.

Faro, 13 de Março de 2012

O FISCAL ÚNICO

**Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024), em
representação de DFK & Associados, SROC, Lda.**

